Ambiente Virtual de Aprendizagem
dos Cursos de Pós-Graduação a Distância da UNILAB
UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UNIAFRO)

ANTONIA CELIA MENDES

O PRECONCEITO RACIAL E A ESCOLA: UM OLHAR VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

REDENÇÃO
2016

ANTONIA CELIA MENDES

O PRECONCEITO RACIAL E A ESCOLA: UM OLHAR VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentado como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão II no Curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Orientador(a): Prof. Dr. Fábio Eduardo Cressoni

REDENÇÃO

2016

ANTONIA CELIA MENDES

O PRECONCEITO RACIAL E A ESCOLA: UM OLHAR VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentado como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão II no Curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Fábio Eduardo Cressoni - Orientador

.

_____

Profª Drª Vera Regina Rodrigues da Silva (professora avaliadora)

_____

Profª. Francineide Bezerra Goergem (professora avaliadora)

Esta monografia dedica a:

Minha mãe Angelita e familiares a quem devo tudo que sou e por me incentivarem a continuar me dando forças,

Aos professores por participarem e colaboraram com minha pesquisa.

Aos amigos que me apoiaram, em particular Erivan Torres.

Enfim,

E aos militantes da luta pelo movimento negro, que com seus esforços conseguiram abrir uma brecha de luz para incluir o negro na sociedade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por ter me dado o dom da vida, forças pra continuar firme em meus propósitos. Aos meus pais e as minhas irmãs e irmãos, que quando eu dizia vou desistir eles estavam ali para me animar e levantar meu astral.

A meu orientador, professor Drº Fábio Eduardo Cressoni, por ter acreditado em mim e me orientado para conclusão desse trabalho, quando me deixava triste, eu ficava feliz por saber que ele queria o melhor de mim, foi o que consegui professor obrigado.

Aos meus professores, pois para realização deste trabalho tive os ensinamentos de cada um e ampliaram em mim conhecimentos não existentes por não existirem nos livros ao qual já li,

As minhas entrevistadas, a quem tive o prazer de escuta-las e pela atenção dada a mim nessa faze da minha formação.

E, por fim, as minhas amigas que me apoiaram nessa árdua jornada.

“Sonho com o dia em que todos levantar-se-ão
e compreenderão que foram feitos para
viverem como irmãos.”
Nelson Mandela

RESUMO

O presente trabalho intitulado por “O Preconceito Racial e a Escola: um olhar voltado para a Educação Infantil” é um passo a mais na contribuição do estudo das relações étnicos raciais na Educação infantil. O mesmo aborda questões sobre preconceito, discriminação e suas repercussões na instituição de ensino, bem como as práticas e conceitos dentro da sala de aula da Educação Infantil. O sucesso da aprendizagem da criança se constitui através de uma prática pedagógica que leve em consideração o educando, a satisfação encontrada nas atividades e consequentemente um clima de contentamento. Faz-se necessário um repensar por parte dos educadores nos quais atitudes racistas e preconceituosas não podem ser admitidas na trajetória educacional da criança. Esta pesquisa busca analisar, refletir sobre estas questões tendo como norte a implementação da Lei 10.639/03 e sua contribuição para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, tendo como objetivo uma reflexão a partir da observação do cotidiano sobre a importância das relações étnicos-raciais na educação infantil, a valorização a diversidade e o cotidiano do Centro de Educação Infantil Pedro Fernandes, bem como propor intervenções para erradicar qualquer forma de intolerância racial na educação infantil.

PALAVRAS CHAVES: Escola, Educação Infantil e Preconceito racial.

ABSTRACT

This work entitled by "The Racial Prejudice and the School: a look back to Early Childhood Education" is a further step in the study of the contribution of racial ethnic relations in early childhood education. This paper work addresses questions about, discrimination and its impact on the educational institution as well as the practices and concepts in the classroom from kindergarten. The success of learning the child is through a pedagogical practice that takes into account the student, the satisfaction found in the activities and consequently a contented mood. It is necessary a rethinking on the part of educators in which racist and prejudiced attitudes cannot be admitted to the child's educational career. This research seeks to analyze, reflect on these issues having as north the implementation of Law 10.639 / 03 and its contribution to the teaching of History and Afro-Brazilian Culture, aiming a reflection from the daily observation of the importance of ethnic relations - raciais in early childhood education, valuing diversity and every day Early childhood Center Pedro Fernandes and propose measures to eradicate all forms of racial intolerance in early childhood education.

KEYWORDS: School, Early Childhood Education and Racial Prejudice.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEAO/UFBA	Centro de Estudos Afro Orientais – Universidade Federal da Bahia
CEERT	Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades
CNE	Conselho Nacional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/1996
MEC	Ministério da Educação
MEC/SEI	Referencia Nacional para a Educação Infantil
MUN	Movimento Negro Unificado
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PVNC	Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SME	Secretarias Municipais de Educação
TEN	Teatro Experimental Negro

SUMARIO

INTRODUÇÃO 12

Um Pouco de História: Raça Africana e Afro Descendentes, um povo na luta contra o preconceito..... 12

A trajetória do ingresso do negro na educação..... 15

1º CAPÍTULO

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA..... 20

1.1 Movimentos negros, indígenas e outros promovendo a inclusão..... 20

1.2 A Lei 10.639..... 23

1.3 Antecedentes da Lei 10.639..... 23

1.4 A Lei 10.639 e seus desdobramentos..... 27

1.5 A Escola e a Lei 10.639/03..... 29

2º CAPÍTULO..... 37

EDUCAÇÃO INFANTIL E PRECONCEITO RACIAL: APONTAMENTOS INICIAIS..... 37

2.1 Creches, Pré-Escolas e suas diretrizes..... 37

2.1 Redenção – Educação Infantil..... 46

3° CAPÍTULO..... 50

ESTUDO DE CASO, A PARTIR DE DOIS CENTRO DE CRECHES DO MUNICIPIO..... 50

3.1 Metodologia..... 50

3.2 Apresentação dos dados pesquisados..... 50

3.2.1 Questão 07: Que importância tem o estudo das relações raciais na escola? ... 53

3.2.2 Questão 08: Como é que a temática sobre o preconceito racial é abordada no cotidiano escolar?..... 54

3.2.3 Questão 09: Enquanto profissional da área de Educação, o que faz, ou faria, para contornar uma situação discriminatória entre os alunos em sala de aula?..... 54

3.2.4 Questão 13: Fale das diversas formas de discriminação que o aluno negro sofre no cotidiano escolar..... 55

3.2.5 Questão 14: Você conhece e/ou ouviu falar da Lei que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira? Se sim, fale do papel da escola na aplicação da mesma, ... 56

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 58

5 BIBLIOGRAFIA..... 59

6 ANEXOS..... 63

INTRODUÇÃO

Um pouco de história: raça africana e afro descendentes, um povo na luta contra o preconceito

Introduzo neste capitulo parte da história ocorrida no Brasil, considerando que é a partir do século XVII que surge o começo das discursões sobre as diferenças físicas no homem.

As teorias cientificas lançavam várias explicações vindas da biologia, teologia e a antropologia. A primeira partiu da análise de teses cristãs e justificavam as diferenças físicas pelo fator geográfico, climático e cultural, colocando a crença sempre em primeiro lugar. Aqueles que eram brancos foram considerados raça pura, os miscigenados eram considerados inferiorizados da raça negra. A miscigenação partiu do pressuposto de embranquecer a população do Brasil, sendo que mesmo com essa ideologia do embraqueamento os idealizadores ainda acharam que essa mistura de raça do preto com branco, branco com índio, índio com preto, nos trouxe um resultado antes visto como erro segundo o autor SCHWARCZ,[1] apud Mahl 1993, p. 58) nos auxilia na afirmação quando explicita:

> *[...] as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de "tipos puros" - e portanto não sujeitos ao processo de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social. (p.58)*

Alimentado por esse movimento, nasceram vários estudos para qualificar os indivíduos levando em consideração suas características fenotípicas. Um deles é a frenologia e antropometria, teorias criadas para decifrar a capacidade humana levando em conta a proporção e tamanho do cérebro, assim como as medidas e traços do rosto e corpo. Nas medidas consideradas desconforme e fora do padrão europeu, eram atribuídas características morais duvidosas, o sujeito era classificado como criminoso, fraco e retardado.

Segundo o sociólogo Gilberto Freyre[2], apud Lapuente Mahl (2006) introduz o mestiço como ponto de equilíbrio inter-racial da sociedade brasileira. O autor define que a sociedade por conta de toda sua bagagem histórica, refuta as ideias de raça inferior estabelecida no Brasil.

---

[1] SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

[2] FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 48° ed. São Paulo: Global editora, 2006.

> *Acreditava que essa miscigenação contribuía para formação de uma identidade única capaz de conter em seu âmbito uma democratização social. Muitas críticas são direcionadas a tese do autor por ser esta carregada de apologia quanto à mestiçagem. Se por um lado o mesmo era contra a condição ariana como superior, por outro era favorável ao branqueamento como símbolo do desenvolvimento cultural. E os negros propriamente ditos? Ainda seriam vistos como primitivos e desfavoráveis? Freyre aparentemente tinha a pretensão de apresentar a possibilidade de uma relação harmoniosa entre etnias, partindo da análise das relações íntimas e da sociabilidade por meio do contexto da família patriarcal. Abandonava desse modo a questão racial. (Mahl e Fabrini 2012 p.26)*

Como descendentes africanos e afrodescendentes é importante reconhecer a história e participar dela. Hoje o negro ainda sofre preconceito, mas nem se assemelha aos tempos de outrora. Não é o tom da pele, do cabelo encaracolado, e das características do corpo que neste século vão deixar o negro ser inibido pelo homem branco, pois o afrodescendente conhecendo suas raízes desde cedo não terá vergonha da história de seus descendentes e construirá a sua própria trajetória com orgulho de seus ancestrais, por eles terem sido um dos muitos povos que contribuíram para o crescimento econômico do nosso país. Desfazer o mal-entendido no desfecho da história contada anteriormente pelos historiadores elitizados da época.

> *Nesse período as teorias raciais e a consequente exclusão racial do negro acabam por considerar os traços morfológicos como o cabelo crespo, pele escura, associando-os com a inferioridade. Em oposição, cabelo liso, pele clara, rosto ortognato eram características da superioridade da espécie humana branca. Pensadores da época chegaram a afirmar que indivíduos da etnia negra jamais chegariam sozinhos a civilização. Assim, as teorias raciais, corroboraram com a escravidão de povos. (Pollyanna Fabrini, Lapuente Mahl, 2012 p. 22)*

A escravidão criou uma série de estereótipos em relação ao negro, montando um sujeito geral. MUNANGA[3], apud Pollyanna Fabrini e Lapuente Mahl (2009, p. 35) descreve a relação entre colonizador e colonizado, onde considera que as características do negro são conferidas no coletivo e essas depreciadas:

> *[...] Todas as qualidades humanas serão retiradas do negro, uma por uma. Jamais se caracteriza um deles individualmente, isto é, de maneira diferencial. Eles são isso, todos os mesmos. Além do afogamento no coletivo anônimo, a liberdade, direito vital reconhecido à maioria dos homens, será negada. Colocado à margem da história, da qual nunca é sujeito e sempre*

[3] MUNANGA, kabengele. **Negritude usos e sentido**. 3° ed. Belo Horizonte: autêntica editora, 2009.

> *objeto, o negro acaba perdendo o hábito de qualquer participação ativa, até reclamar. Não desfruta da nacionalidade e cidadania, pois a sua é contestada e sufocada, e o colonizador não estende ao seu colonizado. [...]*

Por diversas vezes, o negro ainda é visto como sinônimo de atraso, de ausência de civilização e predisposto biologicamente a criminalidade. Ganhava destaque em jornais da época a desqualificação desses cidadãos, envolvidos em relatos que afirmavam a inferioridade biológica e cultural de tal população, enfatizando a propensão à promiscuidade, preguiça, criminalidade, alcoolismo, vadiagem e até mesmo bruxaria. (*(Pollyanna Fabrini, Lapuente Mahl, 2012 p. 25)*

Diante deste teatro de desigualdade imposta ao negro cujo papel dado a ele na sociedade é o de marginalizado, sempre vivendo e vivenciando injustiças voltado para seu povo, são merecedores de conquistas batalhadas até nossos dias atuais. O caráter do homem não se encontra na cor, mas sim, nas suas boas atitudes para com a família e a sociedade. Que modelo de vida o negro deve oferecer para aqueles que por pura ignorância fizeram dele um ser incapaz? Negro também tem ensinamentos pra dar.

Mediante esse processo histórico prolongado e doloroso na história do negro, a sua negação pela sociedade, mas fortemente pela Igreja, faz-se necessário uma grande luta em busca de reconhecimento e oportunidades. E nessas lutas, movimentos negros gritando em campanhas nas ruas mostrando que tem atitude e liderança dizendo “eu existo” e estou e me faço também cidadão com culturas, saberes. O afro-brasileiro se precisa reconhecer nesse contexto e dá um basta a tanto preconceito que se originou por séculos no meio do povo brasileiro. Em virtude dos fatos mencionados em janeiro de 2003 o negro consegue chamar a atenção dos poderosos no caso, o presidente, para que este reconhecesse quanto é importante erradicar tal forma de discórdia, de separação entre a humanidade nestes termos foi aprovada a Lei 10.639/03 e isso [...] “significa o reconhecimento da importância da questão do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação na agenda brasileira de redução das desigualdades.” (DCNS,2004)

Portanto antes de introduzir o assunto da Lei 10.639/03, lei que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio e sua trajetória, irei frisar alguns pontos sobre a dificuldade encontrada pela criança negra ao ingressar na escola.

A trajetória do ingresso do negro na educação.

Segundo Mariléia dos Santos (2005), pouco se sabe sobre o início da escolarização do negro no Brasil. A autora faz reflexão de que

> *A necessidade de ser liberto ou de usufruir a cidadania quando livre, tanto durante os períodos do Império, quanto nos primeiros anos da Republica, aproximou as camadas negras da apropriação do saber escolar, nos moldes das exigências oficiais. Sendo assim, embora não de forma massiva, camadas populacionais negras atingiam níveis de instrução que criavam suas próprias escolas; recebiam instrução de pessoas escolarizadas; ou adentravam a rede pública, os asilos de órfãos e escolas particulares. (CRUZ, 2005 p.27)*

Mesmo assim, elaboraram-se, através das leis do ventre livre e de abolição, meios para que os negros pudessem iniciar seus estudos (formais) em algumas escolas, mais devido as condições materiais, esse direito não pode ser realizado por muitos. O processo da entrada do negro nas escolas e avanços, reconhecimento ao longo da história em pesquisa realizadas pela autora que

> *Em 1902 o Colégio Perseverança ou Cesariano, no ano de 1860 e o Colégio São Benedito, que foram fundados em Campinas foram instituídos para alfabetizar os filhos dos homens de cor da cidade. (MACIEL, 1997; BARBOSA,1997; PEREIRA, 1999); Aulas públicas oferecidas pela irmandade de São Benedito até 1821, em São Luís do Maranhão, (MORAIS, 1995); ESCOLAS CITADAS EM ALGUNS TRABALHOS: Escola Primaria no Clube Negro Flor de Maio de São Carlos (SP), a Escola de Ferroviários de Santa Maria, no Rio Grande do sul, e a promoção de cursos de alfabetização, de curso primário regular e de um curso preparatório para o ginásio criado pela Frente Negra Brasileira, na cidade de São Paulo. (PINTO, 1993; CUNHA JR. 1996; BARBOSA, 1997). Na década de 1960, há uma expansão do ensino público em seu número de vagas. No fim dos anos sessenta, percebe-se um grande aumento do número de estudantes negros nas universidades brasileiras. Em são Carlos (SP-1978), cria-se o primeiro grupo de negros que se utilizou do espaço universitário para discutir a temática: Negro e Educação. (CUNHA JR., 1999) Nesse mesmo período surge o primeiro artigo sobre esse assunto, publicado na revista de Educação da Fundação Carlos Chagas. Em 1998 surge o reconhecimento da temática, tendo como marco um concurso organizado pela Associação de Pôs Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Ação Educativa e Fundação Ford. (CRUZ, 2005 p. 26,28)*

Atualmente fala-se muito sobre o sistema de cotas implementado no país, para o ingresso do negro estudante nas universidades brasileiras.

> *A problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais do negro no Brasil revela que não são os povos que não tem história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação. (CRUZ, 2005 p. 23)*

Entre o final do século XIX e início do século XX, Souza[4], apud Mariléia dos Santos (1999), ao estudar os sete primeiros grupos escolares instalados em Campinas, no período de 1897 a 1925, identifica "a presença de crianças negras em fotografias de turmas de alunos de diferentes épocas" (p.118)

Voltando o olhar agora para a parte ocidental segundo Henri Moniote[5], apud Cruz (1976) tece considerações sobre a tendência, que perdurou durante muito tempo, de excluir os povos não-europeus das narrativas do campo histórico. Tal exclusão foi justificada por uma ideia da inexistência de fatos notáveis nas sociedades não-europeias, antes do contato com os brancos.

E ainda afirma Cavalleiro quando diz:

> *Essa ideologia, embora se tenha fundamentado nos primórdios da colonização e tenha servido para proporcionar a toda a sociedade brasileira o orgulho de ser vista no mundo inteiro como sociedade pacifica, persiste fortemente na atualidade, mantendo os conflitos étnicos fora do palco das discussões. Embora ainda exerça muita influência na sociedade, ouço contribui para melhorar concretamente a situação dos negros. Representa uma falácia que serve para encobrir as práticas racistas existentes no território nacional e isentar o grupo branco de uma reflexão sobre si mesmo. (CAVALLEIRO, 2000, p. 28-29)*

Verifica-se que a aparência, a pele, a característica física foram umas das muitas causas que fizeram do homem negro ser declarado rudimentar e incapaz. Para tanto, precisa-se fortes combates voltados a esse tipo de preconceito dentro das escolas e Amadou Hampâté Bá [6](1997) nos faz refletir sobre a escola tradicional e as dificuldades encontradas na época:

---

[4] SOUZA, R. F. de. A difusão da escola primária em Campinas. In: NASCIMENTO, T. A Q. R. et. all. *Memória da educação*. Campinas: Editora da Unicamp,1999.

[5]MONIOTE, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF. Jacques; NORA, Pierre. *História* **(**volume I). Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

[6] Amadou Hampâté Bâ (1900-1991) foi uma das grandes figuras intelectuais e literárias da África do século XX. Um historiador e colecionador e tradutor de textos orais e etnológicos, ele também era um poeta em seu nativa Fulfulde e autor do premiado e lido obras literárias (dois volumes de suas memórias e um livro colonial francês da África Ocidental), bem como um porta-voz para entendimentos Sufi do Islã e ecumenismo religioso.

> *A escola ocidental começou, portanto, combatendo a escola tradicional africana e perseguindo os detentores do conhecimento tradicional. Foi a época em que todos os curandeiros foram jogados nas prisões como "charlatões" ou por "exercício ilegal da medicina"... Foi também a época na qual se impedia às crianças de falar sua língua materna, com o propósito de afastá-las das influências tradicionais. Isso chegou a tal ponto que, na escola, a criança que fosse surpreendida falando sua língua materna recebia pendurado no pescoço um quadro chamado "símbolo", no qual estava desenhada uma cabeça de burro, e ficava privada do almoço...*
>
> *Os grãos desta nova tradição, uma vez semeados, cresceram e deram frutos. É por isso que a jovem África, nascida da escola ocidental, tem tendência a viver e a pensar de modo europeu, pelo que não podemos repreendê-la, pois é apenas o que ela conhece. O aluno vive sempre de acordo com as regras de sua escola.*

Em consequência disso, a escola tanto para negros como para os índios foram implantadas tão somente para manipular e ensinar costumes e crenças antes não vividas por eles suas terras dominadas e exploradas sob as culturas europeias. Mas que atualmente e aos poucos vem conquistando o que antes não existia.

Em face a essa realidade, considerei de grande importância o estudo das relações étnico-raciais na educação Infantil e como a lei 10.639 que obriga o Ensino da História Cultura Afro-brasileira se aplica no cotidiano escolar, bem como a referida temática é abordada no Centro de Educação Infantil Pedro Fernandes.

Segundo o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (2013, p.48)

> *O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade, para a construção da inteligência e para a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação racial. (BRASÍLIA, 2013, p.48)*

Eventualmente, foi nomeado para o Conselho Executivo da UNESCO, e ele mesmo serviu como embaixador do Mali, a costa do Marfim. No decorrer de sua carreira, montou um grande arquivo morto pessoal. Hoje muitos participar com trabalhos publicados de Hampâté Bâ, que foram traduzidos do francês para vários idiomas europeus, bem como japonês.

De acordo com o exposto pode-se afirmar que a criança desta fase necessita de uma maior atenção, pois está no início de seu desenvolvimento, portanto, ela precisa compreender e se envolver com ações que valorizem a importância dos diferentes grupos étnicos-raciais para a história e a cultura brasileira.

Assim sendo, para tornar o processo ensino aprendizagem bem-sucedido e prazeroso o professor deverá propor e orientar atividades adequadas aos alunos inseridos em sala de aula.

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana afirma ainda. (2013, p. 49)

> *Um destaque especial precisa ser dado aos professores que atuam na educação infantil, pois devem desenvolver atividades que possibilitem e favoreçam as relações entre as crianças na sua diversidade. (BRASÍLIA, 2013 P.49)*

Nessa perspectiva, o professor em sala de aula deverá colaborar para desenvolver em seus alunos a autoestima, a capacidade de fazer amigos e de socializar-se.

Considerando que a escola é um campo de vivência e cidadania é preciso que ela possa oferecer desde sua base o ideal de proporcionar as crianças momento prazeroso de aprendizagem, por esta razão devendo estimular as relações interpessoais, a dimensão do cuidar e educar deve ser incorporada nos processos de formação dos profissionais para os cuidados embasados em valores étnicos, nos quais atitudes racistas e preconceituosas e as desigualdades não podem ser admitidas na trajetória educacional da criança. Portanto a Lei nº 10.639/03 altera a LDB especificamente no que diz respeito aos conteúdos obrigatórios para a educação básica. Ela determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na perspectiva de construir uma educação positiva voltada para as relações étnico-raciais.

O objetivo deste estudo é refletir sobre a importância da educação das relações étnicos raciais na educação infantil, a contribuição da Lei 10.639/03 para o ensino de História e a Cultura Afro-Brasileira e o cotidiano no Centro de Educação Infantil Pedro Fernandes voltado para essa temática, buscando fundamentação teórica que possibilite ao professor uma melhor compreensão da importância da qualidade em educação infantil e o seu desenvolvimento para as relações étnicos-raciais.

Dividi em três capítulos esta pesquisa:

A introdução apresenta o tema justificando-o de forma sucinta, dando ênfase a um princípio da história para depois começar o primeiro capítulo.

O primeiro capítulo questiona acerca da importância da educação das relações étnicos-raciais na educação infantil. Encontra-se inserido neste o histórico da constituição da lei federal 10.639, suas lutas anteriores enfrentadas durantes discadas, movida pelos movimentos dos negros, pelas lutas das mulheres, sindicatos etc. bem como seus objetivos, e o desdobramentos da referida Lei, esta pesquisa está fundamentadas no Parecer que fundamenta as DCNS, e nos autores, assim como GOMES (1996); MUNANGA (2006); NASCIMENTO (2007) e outros que discutem e apoiam esse movimento. A obrigatoriedade da 10.639 traz uma importância significativa na divulgação e valorização da herança cultural africana que recebemos desde o século XVI, pois além de ampliar o escasso conhecimento que temos dessa cultura, presume um novo olhar a respeito da história africana e afro brasileira e suas prováveis relações como uma trajetória histórica brasileira.

O segundo capítulo apresenta Educação Infantil e Preconceito Racial: Apontamentos Iniciais, seus objetivos e estratégias. Neste capítulo irei aborda os objetivos da educação infantil, a partir da leitura das DCNS embasado com autores que estudam e refletem sobre o tema exposto, GOMES (2012); ROSEMBERG (2005, 2012); SANTIAGO (2005) e vários outros que não citarei nesse momento. Irei também escrever sobre o município de Redenção, e os desafios do município no contexto ao combate ao preconceito racial.

O terceiro capítulo destaca o cotidiano do Centro de Educação Infantil Pedro Fernandes, refletindo sobre a prática pedagógica da referida instituição e a valorização a diversidade. Abordo nesse primeiro momento o envolvimento de grupos sociais na questão do comprometimento com a causa “preconceito racial”; as Leis existem, o povo luta, lutas diferentes, no caso da Lei 10.639 a luta existiu e existe agora para executar a mesma na educação infantil, mas os atores multiplicadores deveriam estar mais aberto e procurar recursos para implementa-la. Neste capitulo dois autores me completaram com meus pensamentos em entrevista feita com Nilma Lino Gomes pela Revista Eventos Pedagógicos Desigualdade e Diversidade étnico-racial na educação infantil v. 6, n. 4 (17. ed.), número regular, p. 482-488, nov./dez. (2015, p. 448) e FREIRE (1987). Nesse mesmo tópico veremos também a participação das profissionais da educação com suas respostas relacionada a temática.

Para concluir as considerações finais absorvi todo estudo feito em campo para chegar a um dado preciso, que é unir forças para ampliar o que conheci para outros.

1º CAPÍTULO

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

1.1 Movimentos negros, indígenas e outros promovendo a inclusão

Mesmo a sociedade brasileira sendo constituída por diversos grupos étnico-raciais, nossa história é definida por desigualdades e discriminações, principalmente contra os negros, impedindo o pleno desenvolvimento do país. Grande parte deste processo discriminatório se dá pelo desconhecimento e distorção da importância da cultura afro no Brasil. Onde vivemos em um país formado basicamente por negros e pardos ou descendentes destes, porém pouco mais da metade da população se define como tal. Isto acontece devido à marginalização e segregação da raça, onde as características físicas definem o seu status e as suas oportunidades diante da sociedade, pois desde a infância somos incentivados a hierarquizar as classificações sociais, raciais, de gênero, entre outras, ou seja, também aprendemos a tratar as diferenças de forma desigual.

Em vista dos argumentos apresentados, vem ocorrendo uma movimentação de órgãos e entidades da sociedade para a superação do racismo na sociedade brasileira. É evidente também a preocupação pela parte do Estado em ações de educação e correção de desigualdades históricas que ocorrem sobre a população negra em nosso país. Os negros tem superado o racismo ao longo da história mostrado em pesquisas.

> *Uma trajetória que se inicia com os quilombos, os abortos, os assassinatos de senhores nos tempos da escravidão, tem ativa participação na luta abolicionista e adentra os tempos da república com as organizações políticas, as associações, a imprensa negra, entre outros. Também no período da ditadura militar várias foram as ações coletivas desencadeadas pelos negros em prol da liberdade e da democracia. (GOMES,1996)*

Segundo formulações de Fraser[7], apud Matilde Ribeiro (2007, p. 120), pode-se considerar o Movimento Negro como porta-voz das proposições e reivindicações da população negra e um propagador das perspectivas de paridade de participação, entendendo essa

[7] FRASER, Nancy. "Reconhecimento sem ética?". Trad. Ana C. F. Lima e Mariana P. Fraga Assis. In: Lua Nova, 70. São Paulo, 2007. P. 101-138.

perspectiva como um canal para justiça social, buscando garantir redistribuição e reconhecimento, de maneira simultânea.

Na década de 80 no século XX, durante o processo de abertura política e redemocratização da sociedade Nilma Lino escreve em seu artigo que assistimos uma nova forma de atuação política dos negros e negras brasileiros. Estes passaram a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais sobretudo os de caráter identitário trazendo um outro conjunto de problematização e novas formas de atuação e reinvindicação política. Ainda Nilma Lino:

> *O Movimento Negro reivindica que a questão racial deveria ser compreendida como uma forma de opressão e exploração estruturante das relações sociais e econômicas brasileiras, acirrada pelo capitalismo e pela desigualdade social. Essa postura traz tensões no interior dos grupos reivindicativos dos anos 80 e 90. A esquerda brasileira é cobrada a se posicionar contra a exploração capitalista e também contra o racismo. Tal cobrança acabou por desvelar a forma insidiosa de o racismo se propagar, inclusive, dentro dos setores considerados progressistas. Ao depositar todas as forças de superação do capitalismo via a ruptura da estrutura de classes e instauração do socialismo, a esquerda brasileira com seus discursos e práticas políticas acabava por alimentar a idéia de que a questão racial estava subsumida na classe e desprezava a luta do Movimento Negro. Esse processo trouxe, no final dos anos 80 e início dos anos 90, tensões, críticas e rupturas entre integrantes do Movimento Negro, os partidos de esquerda e as entidades dos ditos novos movimentos sociais. (p. 3)*

Para Gomes e Silva[8], apud Zubaram e Silva (2002), foi a atuação dos movimentos sociais como os de "mulheres, dos Negros, dos Povos Indígenas, e dos Sem Terra" que pressionou a escola e provocou mudanças na estrutura educacional brasileira (GOMES E SILVA, 2010, p. 26). Olhando por este ângulo, as Leis 10.639/03 e 11.465/2008 alteraram a a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), introduzindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e também indígena. Também as manifestações do Conselho Nacional de Educação – Resolução CNE/CP 1//2004 e Parecer CNE/CP 3/2004 – que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana ampliaram o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural. Neste rumo, Petronilha Silva destaca que "os estudos Afro-Brasileiros focalizam as raízes africanas e as problemáticas de vida e

[8] GOMES, Nilma Lino e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Experiências Étnico-Culturais para a Formação de Professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

formação humana enfrentadas pelos negros e dialogam com os conhecimentos produzidos por outras raízes étnicos raciais que constitui a humanidade" (SILVA 2010, p. 37-38) essas lutas dos estudos da história da África sempre estiveram presentes na pauta das discursões do movimento negro.

Para melhor atender a essas pessoas que vem sofrendo devido as injustiças do homem durante a história o governo vem buscando alternativas com o objetivo de preparar as novas gerações para o convívio entre as diferentes culturas, porém somente em 2009 foi estabelecido o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que define a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas Instituições de ensino do Brasil.

Esta obrigatoriedade trata-se de uma decisão política, com fortes efeitos pedagógicas, abrangendo não somente de uma equiparação entre as oportunidades para negros e brancos, mas também a formação de um novo modelo educacional, não incluindo apenas a população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes numa sociedade multicultural e pluriétnica, habilitado para se construir uma nação democrática. Ao estabelecer este modelo de ensino é como se o Governo reiterasse que todos somos diferentes e que para tanto temos o direito e o dever de conhecer e participar todas as culturas formadoras do povo brasileiro.

A Priore estas novas orientações voltadas para a educação será contempladas a médio e a longo prazo em toda a sociedade, quando: à medida que as universidades terão que se preparar para atender a legislação e formar professores capacitados para o ensino das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e africana; ações do MEC e dos sistemas de ensino no que se refere à formação de professores para a diversidade étnico-racial; Os alunos após absorver as informações serão propagador aos familiares e conviventes; As famílias estarão mais preparadas e aptas para o ensino sobre a diversidade, ou seja, conforme ocorrer a instrução a sociedade se tornará mais justa e igualitária. Isto seria a organização do pensamento em primeiro momento, hoje já há instituições oferecendo cursos para o profissional.

Concluímos que o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana são primordiais para o desenvolvimento da nação brasileira através de uma política de

valorização da diversidade, onde todas as pessoas serão reconhecidas por suas atitudes perante o mundo e não por sua etnia.

1.2 A Lei 10.639

A Lei 10.639, aprovada em 2003 pelo Presidente da República que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 1996) e estabelece a obrigatoriedade no ensino fundamental e médio, pública e particular, do ensino de História e Cultura Africana e Afro Brasileira. Tem uma importância significativa na divulgação e valorização da herança cultural africana que recebemos desde o século XVI, pois além de ampliar o escasso conhecimento que temos dessa cultura, presume um novo olhar a respeito da história africana e afro brasileira e suas prováveis relações como uma trajetória histórica brasileira. Por esse motivo, acredito que a inclusão desse tema nos conteúdos escolares reconstrói nos professores e alunos uma imagem positiva daquele continente, e olhando por outro anglo elevará a auto estimas dos alunos afrodescendentes e, ainda, fazer com que os demais alunos menos insubmisso à diversidade étnico cultural.

A lei mencionada para ser de fato aprovada, passou por vários processos, promovido pelos movimentos negros na década 70 e os esforços de seguidores da causa negra na década de 80, quando muitos pesquisadores observaram e espertaram para o déficit de alunos nas escolas e a evasão, e outras causas, da ausência de conteúdo afrocêntricos que valorizassem a cultura negra de forma positiva e em uma escala extensa. Na década de 90, aconteceram movimentos veemente em todo o Brasil em prol a afirmação da identidade negra, em destaque a Marcha Zumbi dos Palmares, que segundo Lucimar dias (DIAS, 2005) reuniu aproximadamente 10 mil negras e negros, que foram a Brasília com um documento para ser entregue reivindicando seus direitos ao presidente da época Fernando Henrique Cardozo. Diante de suas inúmeras lutas e de alguns resultados obtidos, a causa negra aparece mais forte a partir dos anos 2000, e por fim com a promulgação em 2003 da aprovação da Lei 10.639/03.

1.3 Antecedentes da Lei 10.639

A Lei Áurea em 1888 assinada pela Princesa Izabel condizia com a libertação da escravatura dos negros, deixando de ter utilidade para os brancos e passando a ser um empecilho para a sociedade, principalmente com o grande crescimento de mão de obra dos imigrantes europeus. A “mistura de raça” era considerada um atraso para a nação, como afirma teóricos,

no final do século XIX, declarando que o declínio e retardamento do pais estaria acontecido por conta desse fato, acontecido mesmo antes da República Velha. Deste dia em diante o negro passaria a fazer seu próprio caminho longe de tudo e de todos e de suas raízes e de sua identidade.

Fazia-se necessário que partisse do próprio negro a iniciativa de se inserir numa sociedade excludente, discriminatória, que nesse complexo social, tentaram de diversas formas maneiras de se firmar e sobreviver e de reconstruir sua identidade. Devido a essas e outras coisas vivenciadas criou-se uma imagem estereotipada do negro, como sendo um indigente vindo de uma raça inferior, vindo a explicar o preconceito racial, ideologia da superioridade do homem branco segundo Kabengele Munanga:

> *apesar do processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças de negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na „negritude e na mestiçagem ", já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior***.** *(MUNANGA, 2006, p.16)*

Percebe-se que era mais do que importante que se firmasse a identidade negra vindo do próprio negro e a luta dos movimentos negros, para que pudesse ser visto como sujeito da história e não como objeto. Nos anos 70 teve destaque o militante Abdias do Nascimento, intelectual, ator e autor, dramaturgo e político, o mesmo incorporou seu trabalho voltado a causa negra, seja pela participação no próprio movimento negro ou pela criação do Teatro Experimental Negro (TEN). Haviam outros movimentos da mesma década como: o Movimento Negro Unificado (MNU); lutavam pela revalorização da história e cultura africana e afro brasileira, com esperanças de construir e afirmar sua identidade, forçando para que haja o reconhecimento do negro na sociedade, e em seguida, sua inclusão na social, de forma justa igualitária. Educação

Na década de 80, atentou-se, para o fato de que a discriminação racial, presente no cotidiano escolar, era a responsável direta pela crescente desigualdade de percurso entre os alunos negros e brancos (FILHO, 2011). Então, na escola, havia provavelmente, o preconceito e a desigualdade, no mesmo tempo em que eram realizadas diversas pesquisas referentes ao tema: o binômio negro -educação passou a ser, assim, interesse de muitos pesquisadores na área da educação. Um dos resultados desse interesse foi a determinação da inclusão em junho de 1985, por mediação do secretário de educação e cultura da Bahia e do esforço da Universidade

Federal da Bahia (UFBA), na figura de seu Centro de Estudos Afro-orientais (CEAO) da disciplina “Introdução aos Estudos Africanos” nas escolas públicas estaduais do estado, acontecimento de grande simbolismo para a população afrodescendente local. Portanto, a década de 1980 representou uma grande conquista na luta contra a desigualdade racial, principalmente no âmbito educacional.

Na década de 90 esses movimentos se tornaram mais fortes e a temática ligada as questões raciais passou a ter mais importância dentro dos debates políticos. Nessa época a o governo da União e instituições escolares, a mídia, se voltaram para a realidade mostradas em luta e passaram a discutir de modo mais aprofundado essas questões.

Ainda nessa mesma época surgiram, políticas públicas especialmente voltadas para a população afrodescendentes como a instauração do Movimento Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC), primeiramente no estado do Rio de Janeiro para promover a entrada de alunos negros nas universidades públicas. Outro que também contribuiu para o Estado foi A Marcha do Zumbi dos Palmares, no ano de 1995, fazendo com que o brasileiro olhasse para as lutas antirracistas para depois vir então o reconhecimento público da existência do racismo, e incentivando-os a tomarem medidas de combate ao racismo. Em 1996, o governo da União lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos e a luta contra a discriminação racial de modo mais particular. Segundo NASCIMENTO (2007), constavam dessas metas proposições de ações afirmativas para negros e outras propostas de políticas públicas, voltadas para a superação da discriminação racial e exclusão social que impediam muitos brasileiros de se tornarem cidadãos.

Muitos dos acontecimentos ligadas a causa Negra vinham se intensificando desde o final dos anos 80 e no início da década de 90. Por exemplo: nas publicações de pesquisas mostrando a defasagem da população negra em relação ao contingente populacional branco, nos indicadores: saúde, educação, mercado de trabalho, etc. e ainda mostravam o quanto a discriminação estava presente em nossa sociedade. Na década de 80 foi promulgada a Constituição Federal, documento que se reconhece a pluralidade cultural por parte integrante de nosso país, que também busca combater a descriminação racial e motivar a valorização das identidades étnicas.

Além disso, o deputado Paulo Paim apresentou a Câmara Federal a proposta que seria o princípio da Lei 10.693, baseado no texto constitucional. O projeto foi encaminhado ao senado mas arquivado em 1995, acredito que por questões políticas e burocráticas, podemos

dizer que, consideradas mais importantes que o contexto das relações étnicos raciais na educação. Com a pressão do movimento negro e esforço de alguns políticos a referida lei teve seu primeiro grande impulso com a aprovação em março de 1999, do Projeto de Lei 259, manifestado pelos deputados Bem-Hur Ferreira e Esther Grossi: determinado a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da rede de ensino, da temática *História e Cultura Afro-Brasileira.* O projeto, no artigo primeiro, justifica a intenção de reconhecer a luta dos negros no Brasil na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição. (XAVIER & DORNELLES, 2009)

Ainda na década de 90 trago como marco importante, que nos aponta também como antecedente da lei 10.639, é a aprovação da conhecida Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 1996), além da criação, no ano seguinte, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), com o propósito de afirmar-se como uma referência para o Ensino Fundamental e Médio de todo país, pois já tinha em um de seus objetivos explícitos garantir a todos os estudantes brasileiros o direito aos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania plena. É importante frisar, ainda, em relação aos PCN, a proposição de *temas transversais* (Ética, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural), com o intuito de promover o respeito à diversidade, visando integrar todas as áreas do conhecimento. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 2000) Nesse contexto, destaca-se o tema da Pluralidade Cultural, na medida em que discute, mais especificamente, das relações sociais e culturais amplas, defendendo a diversidade e a tolerância étnica e cultural. (FREITAS & VARGENS, 2009). Assim, de acordo com as diretrizes dos citados Parâmetros Curriculares, a sociedade brasileira é constituída por diferentes etnias, devendo-se, respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem, combatendo o preconceito e a discriminação:

> *o grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 2000, p. 32)*

É preciso, contudo, fazer a ressalva de que, relativamente ao tema transversal da Pluralidade Cultural, não há uma totalidade em relação aos propósitos explicitados, por isso eles foram severamente criticados por alguns educadores e teóricos, que criticam a forma como

a diferença racial é abordada no documento. Assim, para VALENTE (2003), trata-se de uma proposição que insiste demasiadamente na diferença, podendo-se, entre outras coisas, questionar se a escola seria, realmente, um espaço de diversas culturas que se expressariam livremente. O que se pode perceber é que na escola brasileira, poderia se dizer, que ela é a constituição de um espaço não muito democrático, formado por imposições, sem envolver no diálogo e na descoberta do novo. Dessa forma, ainda segundo o mesmo autor, *o que pode e deve fazer a escola para provocar sua própria mudança é repor no discurso escolar que é hoje ocultado: o uso social que é feito dos conhecimentos que ela transmite*. (VALENTE, 2003, p. 24)

1.4 A Lei 10.639 e seus desdobramentos

Anteriormente, citei que a Lei 10.639 foi aprovada em 1999 e promulgada em 2003, pelo presidente da época Luís Inácio da Silva, em cumprimento de uma promessa feita em campanha quando candidato, havia assumido o compromisso de apoiar a luta da população negra. É importante dizer que a referida Lei causa mudanças na LDB, que passaria então a vigorar com alterações em seus artigos 26 – A, 79 – A e 79 – B, igual reza o próprio enunciado da Lei citada, segundo o qual a referida normativa legal altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 2003a).

Porém, a Lei 10.639 sofre, no momento de sua aprovação, ela sofreu dois vetos, em relação as propostas de alteração da LDB, foram eles: vetado a proposta que estabelecia, do primeiro projeto de lei, que as disciplinas de História do Brasil e Educação Artística, no ensino médio, que pelos menos dez por cento de seu conteúdo programado anualmente ou semestralmente a temática africana e afro brasileira fossem aplicados. Podemos notar que esta proposta naquele momento, julgada incondicional e recusado nas decisões da Presidência da República, como lemos abaixo:

> *o referido parágrafo [relativo à dedicação de dez por cento de seu conteúdo programático à temática mencionada] não atende ao interesse público consubstanciado na exigência de se observar, na fixação dos currículos mínimos de base nacional, os valores sociais e culturais das diversas regiões e localidades de nosso país. (BRASIL, 2003b, p. 01)*

O outro veto está voltado para a proposta relativa aos cursos de capacitação para os professores, que deveriam contar com a participação de entidades do movimento afro brasileiro,

das universidades e outras instituições de pesquisa voltadas ao tema. Foram aclarados nos seguintes termos:

> *Verifica-se que a lei nº 9.394, de 1996, não disciplina e nem tampouco faz menção, em nenhum de seus artigos, a cursos de capacitação para professores. O art. 79-A, portanto, estaria a romper a unidade de conteúdo da citada lei e, consequentemente, estaria contrariando norma de interesse público da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1988, segundo a qual a lei não conterá matéria estranha a seu objeto. (BRASIL, 2003b, p. 01)*

Dessa maneira, aprovou-se, por fim, tanto a obrigatoriedade, no ensino fundamental e médio, do estudo de história e cultura africana e afro brasileira como a inserção, no calendário escolar o dia 20 de novembro como o dia Nacional da Consciência Negra. Com a aprovação da lei citada, ainda foi criada, no ano decorrente, uma secretaria voltada para a questão étnico racial, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade (SEPPIR), cujo objetivo de corrigir os trágicos efeitos causados pela escravidão, discriminação e racismo no Brasil, motivando assim uma democracia mais igualitária e mais justa, segundo se verifica nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana divulgada em 2004.

> *o governo federal, por meio da SEPPIR, assume o compromisso histórico de romper com os entraves que impedem o desenvolvimento pleno da população negra brasileira. O principal instrumento, para isso, é o encaminhamento de diretrizes que nortearão a implementação de ações afirmativas no âmbito da administração pública federal. Além disso, busca a articulação necessária com os estados, os municípios, as ONGs e a iniciativa privada para efetivar os pressupostos constitucionais e os tratados internacionais assinados pelo Estado brasileiro. Para exemplificar esta intenção, cabe ressaltar a parceria da SEPPIR com o MEC por meio das suas secretarias e órgãos que estão imbuídos do mesmo espírito, ou seja, construir as condições reais para as mudanças necessárias. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 08).*

A própria SEPPIR, foi a responsável pela divulgação das mencionadas diretrizes, com o objetivo de instituir parâmetros para todas as instituições escolares, para os docentes e agentes envolvidos com a educação nacional, com a finalidade de esclarecer os princípios que conduziram formulação e aprovação da Lei 10.639, em destaque a diversidade étnica do Brasil, na defesa da necessidade de conscientização da importância de uma sociedade não excludente e não racista. Retornando-se de maneira especifica para o contexto escolar tais diretrizes preveem que as

> *políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 11).*

Enfim, a Lei 10.639 é de suma importância para a valorização da cultura afrodescendente e que não seja apenas mais uma norma estabelecida sem resultado prático, e sim, que promova uma educação democrática.

1.5 A Escola e a Lei 10.639/03

A Escola – os Centros de Educação Infantil, são prédios feito de tijolos, massa, cimento, um espaço reservado para o encontro de profissionais, famílias e crianças, sendo uma instituição voltada para o ensinar. Em determinados aspectos ela é um espaço de dominação, lavagem cerebral, onde se incute culturas, crença, religião, costumes, idioma, leis, etc vindas dos colonizadores aos colonizados. É também o lugar de construção, não apenas do conhecimento, mas também da identidade, de valores, de afetos, enfim, é onde o homem, sem deixar de ser o que é, se adapta de acordo com sua sociedade. O Brasil, formado a partir das heranças culturais europeias, indígenas e africanas, não contempla, de maneira equilibrada, essas três contribuições no sistema educacional. Por isso, ter como meta a efetiva realização das prerrogativas da Lei 10 639/03 é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Durante muito tempo se viveu dentro da escola imagens desfragmentadas sobre a origem real dos brasileiros e sua ligação com o negro e o índio. Este assunto sempre foi visto nos currículos mas de forma resumidas sem muitas informações pois, os estudos eram voltados para o heroísmo dos brancos. Esqueceram de escrever dizendo que os índios era tão humanos quanto eles e mereciam respeito e que com a ajuda deles conseguiriam organizar o espaço como se diz na história do “descobrimento do Brasil”; e quando lá se instalaram fizeram os donos das terras de escravos e quando os denominaram de preguiçosos começaram a importar os negros vindos da África para o trabalho na lavoura, nas casas grandes. Foram povos maltratados, humilhados por aqueles que os dominavam. Tudo isso porque eles não eram considerados como pessoas Nilma Lino nos fala da inferioridade do negro a partir da sua aparência e atributos

físicos, e nos responde que é "... porque vivemos em um país com uma estrutura racista onde a cor da pele de uma pessoa infelizmente é mais determinante para o seu destino social do que o seu caráter, a sua história, a sua trajetória..." (GOMES, 2012 p. 46)

De acordo com a DCNS o Brasil conta com mais de 53 milhões de estudantes em seus diversos sistemas, níveis e modalidades de ensino. Os desafios da qualidade e da equidade na educação só serão superados se a escola for um ambiente acolhedor, que reconheça e valorize as diferenças e não as transforme em fatores de desigualdade. Garantir o direito de aprender implica em fazer da escola um lugar em que todos e todas sintam-se valorizados e reconhecidos como sujeitos de direito em sua singularidade e identidade. (DCNS, 2004 p.5)

Para que a escola possa vir a ser um espaço vivo todos os atores envolvidos precisam passar uma energia positiva fazendo com que os participantes dela se sintam calorosos e com sentimento de que aquele lugar faz parte de sua vida. Nós devemos desconstruir os nossos saberes e reconstruir dentro da perspectiva africana e afro-brasileira e fazer parte da luta daqueles que foram injustiçados porque somos também seu povo e queremos justiça e dignidade. É necessário que se promova dentro da escola os valores antes que qualquer conteúdo ensinados as crianças, e com frequência o respeito como a fonte mais preciosa que todo ser humano deveria vir a ter, daí mostrar que se deve tê-lo tanto para consigo como para com o outro. Olhar para dentro de si e perceber que nenhum sentimento traz uma cor por isso deve-se contribuir aniquilando todos os erros cometidos aos negros no passado. E um dos primeiros passos é fazer leitura dos deveres para com os cidadãos, seja ele preto, branco ou amarelo.

A Constituição federal de 1988 já nos direciona a termos desses valores e ainda diz que todos os brasileiros, independentes da condição social, cor, etnia, ou religião, possui direitos e deveres. Para isso, o cidadão precisa conhecer para que possa vir a exercer sua cidadania plena e ter consciência da importância da Lei e colocá-la em prática seus direitos, exigir e usufruir, somos cidadãos quando o praticamos e os deveres exercendo-os.

No Título II dos Direitos e Garantias Fundamentais, capitulo I dos direitos e deveres individuais e coletivos nos diz em seu Art. 5 que:

> *Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

> *I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;*
>
> *II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;*
>
> *III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;*
>
> *IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;*
>
> *V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;*
>
> *VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;*
>
> *VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;*
>
> *VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; Todos os brasileiros, independente da condição social, cor, etnia ou religião, possuem direitos e deveres. Portanto, os cidadãos, para exercer sua cidadania plena, precisam conhecer, ter consciência da importância e colocar em prática seus direitos (exigindo-os e usufruindo-os) e deveres (exercendo-os). Em resumo, o cidadão exerce a cidadania quando cumpre seus deveres com o Estado e a sociedade e usufrui de seus direitos. (CF, 1988)*

A carta constitucional já nos diz o quão é importante manter esse sentimento de respeito entre os humanos. O que os torna irracionais na maior parte do tempo é o sentimento que lhes consome do querer ser melhor que o outro. Tornando qualquer igualdade impossível neste mundo. A ganancia pelo poder os faz homens maus. E trago aqui mais uma vez a Escola como essa fonte de poder.

Para os negros mesmo após a sua dita libertação não gozou dessa liberdade e igualdade que acabo de citar acima, mesmo soltos continuaram presos, presos aos maus tratos da sociedade, presos a falta de trabalho, presos a pobreza e a violência. Mas não se cansaram e gritaram buscando essa igualdade que nunca gozara, mostrar seu valor antes nunca mostrado pelos historiadores nos séculos passados. O negro clama por justiça e aqui no Brasil palco de tanta desgraça para o africano é preciso e ao mesmo tempo difícil reconstruir sua identidade de forma positiva nos fala Nilma Lino:

> *Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negro e pelas negras brasileiros (as). A autora indaga ainda, "...Será quem na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores (as), sobre a importância da diversidade cultural?" (GOMES, 2012 p. 43)*

Percebe-se assim que, o homem negro enfrentou e enfrenta diversos conflitos na sociedade, com o desejo de justiça começaram a se unirem formando grupos e criando vários movimentos cujo objetivo é de se ter igualdade, igualdade na escola, no trabalho, na comunidade e muitas vezes no seu próprio habitar.

Segundo o autor formulações de Fraser apud, Matilde Ribeiro (2007, p. 120), pode-se considerar o Movimento Negro como porta-voz das proposições e reivindicações da população negra e um propagador das perspectivas de paridade de participação, entendendo essa perspectiva como um canal para justiça social, buscando garantir redistribuição e reconhecimento, de maneira simultânea.

No que se refere a demandas materiais e objetivas que conformam o Movimento Negro, Antônio Sergio Alfredo Guimarães[9], apud Ribeiro (2002, p. 91) formula:

> *A impermeabilidade da estrutura social brasileira à mobilidade dos afrodescendentes de traços negroides (mas não dos mais claros, que podiam se classificar como 'brancos') foi, certamente, se não o estímulo maior, ao menos a grande justificativa para que se formasse um movimento social negro com objetivo de educar e integrar socialmente os negros. (p.91)*

A educação básica brasileira ainda é fundamentada pela desigualdade no quesito da qualidade e dentro das DCNS é possível constatar que toda criança, jovem, adolescente que retomaram aos bancos das escolas ainda não está garantido. Uma das mais importantes marcas dessa desigualdade está expressa no aspecto racial. Marcas que se originaram pelas escolhas incessantes dos brancos por se denominarem mais inteligentes, mais bonitos e aprimorados. "[...] estudos realizados no campo das ralações raciais e educação explicitam em suas series históricas que a população afrodescendente está entre aquelas que mais enfrentam

[9] **GUIMARÃES, A. S. A. 2002 Classes, raças e democracia, São Paulo, Editora 34**

cotidianamente as diferentes facetas do preconceito, do racismo e da discriminação que marcam, nem sempre silenciosamente, a sociedade brasileira...”

Hoje sabemos que há semelhança entre pertencimento étnicorracial e sucesso escolar, indicando portanto que é necessária firme determinação para que a diversidade cultural brasileira passe a integrar o ideário educacional não como um problema, mas como um rico acervo de valores, posturas e práticas que devem conduzir ao melhor acolhimento e maior valorização dessa diversidade no ambiente escolar. (DCNS,2014 p.13)

Ainda enfatizando os estudos feitos nas leituras das Diretrizes e Bases Curriculares nos diz que:

> *A Lei 10639/03, é um marco histórico. Ela simboliza, simultaneamente, um ponto de chegada das lutas antirracistas no Brasil e um ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira. Ciente desses desafios, o Conselho Nacional de Educação, já em 2004, dedicou-se ao tema e, em diálogo com reivindicações históricas dos movimentos sociais, em especial do movimento negro, elaborou parecer e exarou resolução, homologada pelo Ministro da Educação, no sentido de orientar os sistemas de ensino e as instituições dedicadas à educação, para que dediquem cuidadosa atenção à incorporação da diversidade etnicorracial da sociedade brasileira nas práticas escolares, como propõe a Lei 10639. (p.13)*

É importante deixar bem claro que a conquista veio em meio as lutas dos movimentos sociais ao criar um conjunto de estratégias por meio das quais os segmentos populacionais considerados diferentes passaram cada vez mais a destacar politicamente as suas singularidades, cobrando que estas sejam tratadas de forma justa e igualitária. A escola é um palco onde há o encontro das diferentes presenças e é nos diálogos sobre o currículo onde estão os debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades doa alunos (as).

> *O movimento negro, com toda sua luta, busca sempre modos e ações que possam fazer valer os direitos que estão previstos em leis e constituições. Dessa forma, podemos compreender como ações afirmativas todo instrumento que fomenta a equidade social e proporciona aos indivíduos sem exceção, direitos igualitários bem como a proteção legal desses direitos. A lei 10.639/03 alterou as diretrizes e bases da educação básica, tornando obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afrobrasileira, além da inserção da data de 20 de novembro no calendário escolar como o dia nacional da consciência negra. Essa lei foi instituída por intervenção do movimento social negro que tinha/tem em seu âmago a preocupação da integração dos assuntos africanos e afro-brasileiros nos currículos escolares. A escola, por ser um espaço de sociabilidade e reflexão dos valores sociais, é*

> *um ambiente prático para inserção de ideais que conduzam a uma quebra do estigma de inferioridade racial e promova o término do racismo no Brasil. (POLLYANNA FABRINI, LAPUENTE MAHL, 2012 p. 28)*

Na política Educacional, com a implementação da Lei 10 639/03, significa estabelecer novas diretrizes e práticas pedagógicas que reconheçam a importância do africano e afro-brasileiros no processo de formação nacional. Essa Lei pode ser encarada como parte fundamental do conjunto das políticas que visam a educação de qualidade como um direito de todos. Ela também veio como impacto positivo para a população e da republicação da escola brasileira.

> *As alterações propostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996 pela Lei 10639/2003, geraram uma série de ações do governo brasileiro para sua implementação, visando inicialmente contextualizar o texto da Lei. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº. 03 de 10 de março de 2004), onde são estabelecidas orientações de conteúdo a serem incluídos e trabalhados e também as necessárias modificações nos currículos escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino. A Resolução CNE/CP nº 01, publicada em 17 de junho de 2004, detalha os direitos e obrigações dos entes federados frente à implementação da Lei 10639/2003. (DCNS,2004)*

Para isto vale a pena ressaltar a qualidade do Parecer nº 03/2004 emitido pelo Conselho Nacional de Educação, que, além de estar bem explanado o processo de implementação da Lei, abordando a questão com lucidez e sensibilidade, reafirmando que a educação deve contribuir para a formação dos cidadãos orgulhosos de seu pertencimento etnicorracioal, garantindo seus direitos e cujas idades devem ser valorizadas. Após, a edição da Lei 11 645/2008 veio confirmar este entendimento, reconhecendo que negros e índios convivem com problemas de mesma natureza, embora em diferentes proporções. A Lei 10 639/03 tem o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro.

Vale ressaltar que Família, escola, comunidade, igreja são mecanismos fortes no processo de integração de mudanças positivas no quadro da identidade do cidadão. Como já havia dito, se precisa desconstruir para reconstruir uma identidade que há tantos anos foi nos retirado porque o que se contava era que o negro é impuro, marginal, escravo e ainda tinha a

cor, o lábio grosso, nariz achatado, cabelo crespo. Quem queria se espelhar em uma imagem assim? Criadas como defeitos e repassados de geração em geração.

> *A identidade do negro atravessa primeiramente o corpo, e depois do corpo é que se estende para a cultura, história, religião, etc. Se o sujeito não assume tais preceitos, atenua a dificuldade da construção da identidade. (POLLYANNA FABRINI, LAPUENTE MAHL, 2012 p. 28)*

Verifica-se então que o primeiro passo é ser aceito como és para em seguida construir sua identidade. Com essa Lei de obrigação a implantação do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas já foi um grande passo, mas para o cumprimento dela é preciso que haja o reconhecimento da pessoa humana como ator dessa história e não mero espectador. Na escola temos profissionais brancos, pretos, mestiço cada qual com suas diversidades mas o que seria notório era se todos comungasse com o mesmo objetivo perante essa nova lei. Para que se possa educar dentro dos parâmetros da mesma. A escola não é totalmente responsável pelo ensinamento da criança, mas é lá onde se constrói o aprendizado.

A família é o berço da aprendizagem da criança como aprendiz traz consigo e leva para a escola muitos valores que poderão ser ampliados e/ou reduzidos. Se a família lhe ensina desde cedo a não respeitar as diferenças vai haver uma contradição entre família x escola. A escola muitas vezes também precisam educar os pais. O professor para o aluno muitas vezes traz uma semelhança de pai ou de mãe ou as vezes de madrasta. O que quero dizer é que todos formam uma família, e que todos devem andar lado a lado.

A comunidade é o conjunto todo, mas é na comunidade que se a criança não tiver um bom alicerce pode ser bombardeada e se fraca cai. Se a família com a ajuda da escola mostrar a criança desde cedo a viver bem com as diferenças e aceitar o outro do jeito certo, e fazer da criança negra se sentir igual se está desempenhando bem o papel de cidadão. Mas se na escola o professor e os demais funcionários não se aceitam e nem aceitam os outros como isso irá funcionar? Todos devemos ser renovados e fazer valer o que está escrito pelo homem nas leis da sociedade brasileira.

A igreja, sempre foi uma aliada forte para o estado em períodos anteriores era ela quem governava mandava e desmandava matava pessoas inocentes em nome de Deus. Diziam quem eram puros ou impuros julgamentos vazios mas todos carregados por objetivos de ganancia do poder. Hoje a igreja católica predomina mas também temos muitos protestantes que cresceram muitos no decorrer da história. Essas religiões não aceitam a vida religiosa dos africanos

pregando que são mundanas e diabólicas. O Pastor, o Padre tem um papel muito forte com suas ovelhas. O que a escola propõe ao educando e a família é quase sempre destruído pela igreja.

Enfim, se as pessoas do mundo não caminharem juntas de nada adiantará que se criem leis de igualdade, e o respeito as diferenças. O amor precisa reinar e não a sede de poder, poder de destruir o menor, o diferente, o diferente transforma, completa. Imaginemos se todos fossem iguais, pensassem iguais, agissem iguais, que graça teria? O negro é tão importante na sociedade quanto os brancos e faz parte e está presente na nossa raiz e história. E é de suma importância que a história do Africano e Afro descendente faça parte das histórias recontada para as crianças da educação infantil em forma de contos, historinhas, imagens, para que essa figura de que uma pessoa mal na sociedade seja desfeita desce cedo e que possa ver no negro uma pessoa bonita e com qualidades livrando-se de toda forma de preconceito.

2º CAPÍTULO

EDUCAÇÃO INFANTIL E PRECONCEITO RACIAL: APONTAMENTOS INICIAIS

2.1 Creches, Pré-Escolas e suas diretrizes

Foi estabelecido na Constituição de 1988, o atendimento em creches e pré-escolas, um direito social das crianças, a partir de então passou-se a reconhecer a Educação Infantil como dever do Estado com a Educação, como estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que "É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção." (BRAIL, 2010 p.12) A mesma é referência para as políticas sociais contemporâneas. Esse processo se deu com as lutas e conquistas vindas da participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, das lutas dos próprios profissionais da educação.

Desde então, na área da Educação Infantil existem diversos procedimentos de revisão de opiniões sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de escolha e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras do desenvolvimento da aprendizagem e das crianças. Em particular, nota-se que vem se mostrando como prioridade os debates sobre como orientar o trabalho com às crianças de até três anos em creches e como certificar as práticas junto às crianças de 4 e 5 anos que possam prever formas de garantir a continuidade no andamento da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças, sem antecipar os conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. Então, focados na formação da criança na primeira infância voltada para as diversidades as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil nos apresenta conceitos fazendo-nos refletir que a criança é:

> *Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010 p. 12)*

Dessa forma, temos a criança como sujeito da história e portadora de direitos precisa ser compreendida, valorizada e respeitada, a criança quando entra na escola, ela já tem suas experiências e saberes, saberes esses que fazem parte do seu patrimônio cultural, artístico, ambiental, cientifico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2010).

Para Santiago (2015) “é importante destacar o fato de que o racismo, embora não se inicie na educação infantil, conta com esse ambiente para seu reforço.” Na maioria das vezes, no convívio diário estabelecidas na creche, ocorrem encontros, misturas de valores, crenças, comportamentos e atitudes de agressividade em relação ao grupo negro, comprometendo o reconhecimento e aceitação dos mesmos. (SANTIAGO, 2015 p. 448)

De acordo com o livro das orientações e ações para a educação das étnico-raciais, “o acolhimento da criança implica o respeito a sua cultura, corporeidade, estética e presença no mundo [...]. Nessa perspectiva, a dimensão do cuidar e educar deve ser ampliado e incorporada nos processos de formação dos profissionais para os cuidados embasados em valores étnicos, nos quais atitudes racistas e preconceituosas não podem ser admitidas”. Para os pesquisadores (SECAD, 2006) o “Brasil nos apresenta um país de muitas Leis e direitos limitados”, quando ainda nos deparamos com realidades repetitivas incluindo nossas crianças brasileiras. Vejamos dados do censo do IBGE, ano 2010 que,

> *e de 8,9% entre negros. As taxas de frequência a creche e a escola dos diferentes indicam que a educação infantil possui uma taxa de atendimento de 10,3%, entre brancos segmentos raciais indicam que 84,5% de crianças negras e 79,3% de crianças brancas não frequentavam a creche em 2008. A diferença do percentual de frequência entre crianças negras e brancas é reduzido: 5,2% (PNAD, 2008, apud, IPEA, 2010), porem, 84,5% das crianças negras de 0 a 3 anos não dispõem de creche (BENTO,2012). Esses números revelam o tamanho dos desafios que se apresentam para a Política de Educação Infantil no que se refere a Educação das Relações Étnicos-Raciais. (Plano Nacional de Implementação das DCNS, 2010 p.48)*

Daí surge a importância de se fazer uma política voltada para atender com responsabilidade os desafios nesta área da Educação Infantil. Logo, é necessário trabalhar a questão racial de modo a valorizar o negro e a cultura africana, para que se possa diminuir ou eliminar o preconceito e a discriminação enquanto houver crianças e adultos com vergonha da tonalidade de sua pele. Portanto, será de suma importância investir na formação do Educador Infantil.

“Um destaque especial precisa ser dado aos professores que atuam na educação infantil, pois devem desenvolver atividades que possibilitam e favoreçam as relações entre as crianças na sua diversidade.” (BRASILIA,2013 p. 49)

Sendo assim as ações para a educação infantil são:

> *Ampliar o acesso e o atendimento seguindo critérios de qualidade em Educação Infantil, possibilitando maior inclusão das crianças afrodescendentes;*
>
> *Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura afro-brasileira indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-raciais;*
>
> *Explicar nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil a importância da implementação de práticas que valorizem a diversidade étnica-religiosa, de gênero e de pessoas com deficiências pelas redes de ensino;*
>
> *Implementar Nos Programas Nacionais do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca na Escola ações voltadas para as instituições de educação infantil, incluindo livros que possibilitem aos sistemas de ensino trabalhar com referências de diferentes culturas, especialmente a negra e a indígena;*
>
> *Efetuar ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de matérias didáticos- pedagógicos que respeitem e promovam a diversidade, tais como: brinquedos, jogos, especialmente bonecas/os com diferentes características étnico-raciais, de gênero e portadores de deficiência;*
>
> *Desenvolver ações articuladas junto ao INEP, IBGE, IPEA, para produção de dados relacionados à situação da criança de 0 a 5 anos no que tange à diversidade e garantir o aperfeiçoamento na coleta de dados do INEP, na perspectiva de melhorar a visualização do cenário e a compreensão da situação da criança afrodescendente na educação infantil*; *(BRASILIA,2013 p. 49)*

Para tanto, seria possível buscar a situação do aluno (a) no âmbito da Educação Infantil com o intuito de criar estratégias diante das leituras vindas dos sistemas fornecido pelos programas do governo e baseado nessas fontes de pesquisas e atualizações de dados buscar-se uma solução para atingir a meta, que é a erradicação do preconceito dentro das escolas. Mas mesmo

> *... Em que pesem os esforços para que conquistas fossem garantidas no âmbito legal, a realidade não se mostra tão promissora para as crianças brasileiras, em especial para as crianças negras. De acordo com dados do Unicef, a média nacional de 38,6% fora da escola esconde iniquidades: entre as crianças brancas, o dado é mais favorável (36,1%); entre as crianças negras, porém, 41% não frequentam a pré-escola. Essa disparidade demonstra a desigualdade entre brancos e negros desde o início da escolaridade. (SECAD, 2006 p. 37)*

Segundo Fernandes (2007), no Brasil é possível observar três movimentos de representação estereotipada da população negra que acaba de certa forma a formação no seu

desempenho cognitivo. São estas: a representação dos negros "como etimologicamente inferior ao branco", criação de uma imagem do negro "como biologicamente superior ao branco", e por fim apresentação do negro "como sendo socialmente inferior ao branco", esses três movimentos impõe a existência de um processo folclorizado da cultura negra, criando uma imagem negativa e rendendo prejuízos ao negro no âmbito da sua capacidade de trabalho e por último vem a sociedade barbárie desfazendo a imagem da população negra. "Esse movimento tem como gênese a situação escrava, que reforçava a imagem de inferioridade do negro e, aliás, justificava a sua submissão e seu emprego como cativo." (SANTIAGO, 2015 p. 450)

Para Cavalleiro (2000)

> *A socialização torna possível à criança a compreensão do mundo por meio das experiências vividas, ocorrendo paulatinamente a necessária interiorização das regras afirmadas pela sociedade. (...) O contato com outras crianças da mesma idade, com outros adultos não pertencentes ao mesmo grupo familiar, com outros objetos de conhecimento, além daqueles vividos pelo grupo familiar vai possibilitar outros modos de leitura de mundo. (CAVALLEIRO, 2002, p. 16)*

Portanto, é importante que as instituições de Educação Infantil reconheçam o seu papel e função social para atender às necessidades das crianças, sejam elas vindas de um grupo social e/ou étnico-racial, constituindo-se em espaço de socialização, de convivência entre iguais e diferentes sempre atento a forma de como serão realizados os espaços de cuidar e educar, que permita às crianças explorar o mundo, angariando novas experiências, ter acesso aos livros, brinquedos, jogos e momentos para o lúdico, permitindo uma inclusão e uma relação com o mundo e com as pessoas presentes no seu cotidiano formal e informal de forma extensa e formadora (DCNS,2010).

> *De acordo com o livro das orientações e ações para a educação das étnico-raciais, "o acolhimento da criança implica o respeito a sua cultura, corporeidade, estética e presença no mundo [...]. Nessa perspectiva, a dimensão do cuidar e educar deve ser ampliado e incorporada nos processos de formação dos profissionais para os cuidados embasados em valores étnicos, nos quais atitudes racistas e preconceituosas não podem ser admitidas".*

Nesse caso de acordo com as diretrizes é necessário que em todas as dimensões do cuidar e educar seja preciso considerar a singularidade de cada criança com seus desejos, necessidades, queixas, assim como as dimensões familiares, sociais e culturais. O cuidar e o

educar aproxima a relação entre as crianças e os adultos. Para os pesquisadores as crianças precisam de educadores afetivos que facilitem o contato da criança com o meio em que vive. Contemplando a transição entre as transformações ocorridas no mundo, suas inovações presente e as perspectivas para o futuro e revendo o passado para facilitar o seu processo de desenvolvimento humano conhecendo as tradições, os hábitos e os costumes dos nossos antepassados.

Entende-se, o educador como uma espécie de guia da criança quando ela tem o seu primeiro contado com a escola, mesmo que ela já traga uma boa bagagem do conhecimento vindos da sua vivência com a família ela também estará pronta para receber e doar. Em relação a criança negra seu primeiro contato com a escola é muitas vezes desafiador tudo porque os povos antepassados criaram uma ideologia que gerou preconceito entre os humanos deixando-os menos favorecidos por conta de suas diferenças, crenças e costumes, quem vai nos dizer melhor é a autora Nilma Lino sobre de como o racismo atuou e se infiltrou na sociedade, se o mediador não for capaz de fazer desse primeiro momento um momento de construção, desconstruindo as imagens distorcidas antes mencionada, de nada vai adiantar o que se lê nas Leis Federais, que diante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em sua proposta pedagógica deverão prever condições de trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação; A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.” (BRASIL, 2010)

> *O racismo atua como um mecanismo construtor de imagens distorcidas da historicidade e da cultura negra, ligando diferentes elementos simbólicos para justificar e validar a hierarquização entre os seres humanos. Os corpos negros, os cabelos enrolados e crespos, as artes africanas, as culturas negras são tomadas como expressões máximas para a construção da inferioridade dos sujeitos negros, servindo como elementos para a alocação dos homens, mulheres e crianças pequenininhas de pele negra nos lócus mais baixos da hierarquia social (GOMES, 2008).*

Observa-se que, para a autora as características do negro o tornam inferiorizado e em lugar mais baixo na hierarquia tornando a criança negra no meio social no coletivo muitas vezes desoladas para o governo toda criança tem o direito de esta na escola, mas quando se volta o

olhar para a criança negra, desde muito cedo imagino que a mesma crie uma barreira e passe a viver num mundo só seu. O profissional precisa reconhecer e valorizar na criança independentemente que ela seja negra (o) ou branca (o) sua potencialidade, criatividade e outros.

Existem várias investidas nas escolas junto aos profissionais nas capacitações, nas formações continuadas, na EaD no oferecimento de graduações e pós graduações enfim, espera-se que o professor esteja preparado para melhor conduzir o grupo ao qual atua ou seja, responsável. O professor ou qualquer outro profissional da educação que esteja neste ramo de ser um educador além de ser muito bom em Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Matemáticas ou Linguagens e Códigos ele precisa também ser nato em como saber lidar com o comportamento da criança e não ser um mero robô que guarda somente conhecimentos científicos. Principalmente na fase inicial da criança na escola em creches de Educação Infantil um dos papeis importante do professor está em garantir o "crescimento saudável dos saberes" citado nas diretrizes, porque naquele encontro, primeiro contato com o professor e o ambiente fazem grande diferença na vida de uma criança, nesse momento ele pode mostrar antipatia ou simpatia, de acordo com o relacionamento entre o professor e a criança.

> *[...] "No período em que consideramos a educação infantil, isto é em que a criança tem de 0 a 6 anos, é fundamental ficar atento ao tipo de afeto que recebe e aos modos como ela significa e aos modos como ela significa nas relações estabelecidas com e por ela. Desde o nascimento, as condições materiais e afetivas de cuidados são marcantes para o desenvolvimento saudável da criança". (BRASÍLIA: SECAD, 2006 p.31)*

E ainda de acordo com estudos realizados em pesquisas:

> *Conhecer as leis, a história da população negra, as suas lutas, e reconhecer a herança dos povos africanos e suas culturas na formação do Brasil é um bom começo. Outra ação importante é estudar os documentos oficiais, por exemplo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como ler documentos orientadores como os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEIs) e outros documentos e experiências que tratam da igualdade racial na Educação Infantil. ((EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÁTICAS PROMOTORAS DE IGUALDADE RACIAL, 2012 p.13)*

Atitudes como essas são essenciais para a construção de práticas pedagógicas que estejam preocupadas com o desenvolvimento da criança e que considerem o reconhecimento

do pertencimento racial importante para a construção da identidade. “O compromisso dos profissionais da área com a educação de qualidade e igualitária é o principal motor para que procurem o conhecimento necessário afim de construir novas práticas que promovam a igualdade racial nessa etapa”. ((*EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÁTICAS PROMOTORAS DE IGUALDADE RACIAL,* 2012 p. 13)

> *Faz-se necessário questionar a imagem que a educadora traz de criança e de infância, pois tais imagens traduzem a relação adulto – criança, e se refletem na organização das atividades nas instituições e especialmente, na variadas formas de avaliação utilizadas. Promover a reflexão sobre a imagem de criança que dá suporte às práticas dos(as) educadores/as possibilita a compreensão das singularidades e potencialidades de cada criança, podendo contribuir para promover condições de igualdade. (SECAD, 2006, p. 32)*

Segundo a pesquisadora Rosenberg (2012, p. 17) o trabalho com a diversidade e o convívio com a diferença possibilitam a ampliação de horizontes tanto para o professor quanto para a criança. Isto porque permite a conscientização de que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior que oferece múltiplas escolhas. Assumir um trabalho de acolhimento às diferentes expressões e manifestações das crianças e suas famílias significa valorizar e respeitar a diversidade, não implicando a adesão incondicional aos valores do outro. Cada família e suas crianças são portadoras de um vasto repertório que se constitui em material rico e farto para o exercício do diálogo aprendizagem com a diferença, a não discriminação e as atitudes não preconceituosas. (MEC/SEF, *Referencial Curricular Nacional para EducaçãoInfantil,*1998, volume 1, p. 77)

Voltando-se para a expansão da educação infantil, começando não formalmente, nota-se que:

> *A opção brasileira nos anos 1970 por expandir a educação infantil por meio de um modelo não-formal apoiado nos baixos salários de professoras leigas, prioritariamente para a região Nordeste, diferenciou o padrão de oferta do atendimento, não só quanto ao desenvolvimento regional mas, também, aos segmentos raciais. Esses programas a baixo investimento do Estado atingiram principalmente as crianças negras, pobres, principais usuárias de creches públicas e conveniadas. Porém a questão da creche, da criança pequena tem pouco mobilizado manifestações do movimento negro contemporâneo: assistimos, apenas recentemente, a um crescente, porém ainda reduzido, número de pesquisadores(as) negros(as) e brancos(as) a se envolver com o tema da educação infantil, da creche, das crianças pequenas no contexto das relações raciais e de combate ao racismo. (ROSEMBERG, 2012 p. 18)*

De acordo com Rosemberg (2012, p. 20) a riqueza material e simbólica produzida pelos brasileiros é, então, desigualmente distribuída entre os diferentes segmentos sociais: o percentual de pobres é mais intenso nas regiões Norte e Nordeste, em zona rural, entre pessoas que se declaram pretas, pardas ou indígenas e entre crianças. Assim, apesar de a população de crianças de 0 a 6 anos de idade diminuir em decorrência da queda de natalidade e do aumento da esperança de vida na população, seus indicadores sociais ainda são insatisfatórios (Rosemberg, 2005).

> *Além de os índices de pobreza serem mais intensos entre crianças do que entre adultos, os indicadores decorrentes de políticas sociais (mortalidade, nutrição, educação) mostram desigualdades entre as idades e para os diferentes estratos econômicos da família, sua localização rural e urbana e pertença étnico-racial; piores indicadores para crianças menores, provenientes de zona rural, negras e indígenas, vivendo em famílias com menores rendimentos. (ROSEMBERG, 2012 p. 20)*

Em virtude desse descompasso na distribuição os recursos públicos brasileiros não são igualmente distribuídos para pobres e não pobres e para as regiões mais ou menos pobres. Como os recursos públicos também não são igualmente distribuídos às diversas etapas da vida, crianças pequenas, crianças pequenas pobres e crianças pequenas negras (e indígenas) são intensamente discriminadas pela sociedade brasileira. (ROSEMBERG, 2012 p. 31)

Então percebe-se que ainda hoje nos encontramos nessa situação, em pleno século XXI, o que se é possível fazer para amenizar a passagem pela dificuldade econômica e também encontrada em outras situações como: de pobreza, gênero, raça é fazer da entrada da criança no espaço escolar oferecido pela sociedade em nome do governo de Estado venha a ser para a criança um ambiente acolhedor e livre de preconceito. Presenciei muitas vezes crianças indo a escola por causa da merenda escolar. Uma da coisas que deveria acontecer era que as intervenções feitas junto aos profissionais da educação (Formações Continuadas, Cursos oferecidos pela Unilab envolvendo os estudos da história dos Africanos e Afrodescendentes, Projetos nas SME incentivando o respeito as diferenças) , fossem absorvidas e praticadas dentro do seu setor de trabalho ou até mesmo em seu ciclo familiar mas para isto seria necessário e até utópico que haja transformações dentro do campo educacional e até mesmo particular e não só em regiões ou distritos de municípios, teria que ser uma mobilização geral, globalizada. Mas como seria se o ser humano é dotado de egoísmo e ganancia? Porque as ações de preconceito enaltece aqueles que quer dominar o mais oprimido para daí realizar seus mais surdidos desejos de conquista. Difícil se imaginar um grupo querendo compartilhar a igualdade com o outro

principalmente quando o dominado aparenta frágil e diferente. Mas, como já dizia Paulo Freire (1921-1997) “mudar é difícil, mas é possível”.

Para tal situação de preconceito registrados em ambientes escolares devido a cor e formação corporal da pessoa negra surge a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que pode vir a resolver não por imediato a situação do ser marginalizado pela sociedade durante décadas, essa lei está fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil trazendo como objetivos:

> *1.1 Esta norma tem por objetivo estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na educação infantil.*
> *1.2 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.*
> *1.3 Além das exigências dessas diretrizes, devem também ser observadas a legislação estadual e municipal atinentes ao assunto, bem como as normas do respectivo sistema.*

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. Está incluso nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) que é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

Por conseguinte, a Educação Infantil dentro das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) lança que “a proposta pedagógica das instituições deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à

saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à e à interação com outras crianças.” (BRASIL, 2010 p. 18)

> *Dentre todo esse planejamento a criança em construção vivendo em grupo experimentando novos conceitos é estabelecido dentro das Diretrizes como concepção de proposta pedagógica que venha construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. E traz como objetivo “garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças”.*
>
> ***A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América.***
>
> *As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:*
>
> ***O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;***
>
> ***A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.*** (*BRASIL, 2010)*

Segundo pesquisadores (EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÁTICAS PROMOTORAS DE IGUALDADE RACIAL, 2012) “a constatação da discriminação e do preconceito racial ainda existente na sociedade brasileira tem onerado as crianças negras impossibilitando-lhes ocupar-se tão somente dessas experiências de forma produtiva e integral”.

2.2 Redenção – Educação Infantil

Em Redenção o município conta com 37 escolas distribuídas em sua rede, sendo que 14 delas trabalham com crianças com faixa etária de 2,5 a 5 anos distribuídas nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, outras 10 escolas trabalham com crianças com faixa etária de 3 a 5 anos. Nestas escolas da Educação Infantil estão distribuídos aproximadamente 58 profissionais docentes.

A Secretária de Educação juntamente com sua equipe de gestão ministra formações continuadas para seus respectivos funcionários visando impor qualidade ao seu quadro de efetivos e contratados. Oferecer uma boa educação é uma tarefa árdua e difícil mas é uma meta com prioridades em seu mandato. Entretanto, são desenvolvidos projetos com finalidades de promover a cidadania. (SME, 2016)

De acordo com os gestores do município existem seis Centros de Educação Infantil que são: Francisca Arruda de Ponte e Ricardo Ferreira do Vale (Sede/Redenção); Nossa Senhora de Lourdes (Guassi); Pedro Fernandes, Antônio Braulino e Ribamar Moreno (Antônio Diogo); e as outras crianças da educação infantil são atendidas nas escolas grandes. São aproximadamente 1.199 crianças na escola entre a idade 2,5 a 5 anos de idade. Distribuídas no maternal, infantil IV, infantil V e ainda no PAIR (Projeto Acolhendo a Infância de Redenção).

Um dos grandes desafios dentro da educação não só de Redenção, mas de todos do mundo é o despertar, o aceitar, o valorizar, três palavras que nos posiciona numa categoria mais humana. Primeiro despertar para o novo que vem chegando (conhecimento da sua descendência africana), segundo aceitar que faz parte de uma sociedade que precisa ser melhorada (respeito pela maioria prejudicada pelo preconceito de cor, raça e gênero), terceiro valorizar primeiro a si, depois o outro (está sempre comprometido com o próximo). Se os profissionais da educação não estiver comprometido com esses quesitos de que vai adiantar colocarmos a frente de tal missão impossível? Sabemos que na maioria das vezes muitos estão lá por falta de opção, não fazendo aquilo que queria realmente ou então estão lá porque não se acham capacitados para enfrentar uma sala de adolescente ou alguém acha que o profissional vai se sair melhor com as crianças pequeninas. Nesses três casos citados se nenhum tem afinidade com a criança então como educa-las? Como cuidá-las?

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil apresenta propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil que deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

> *O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação; A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes. (BRASIL, 2010 p. 21)*

Nesse intuito, nas formações continuadas que acontecem com o grupo de profissionais faz-se necessário contemplar assuntos que incentive o professor (a) a desenvolver seu trabalho, ensinando a criança a ser participativa no grupo e valorizando seu espaço respeitando e ensinando a respeitar de forma coletiva. E ainda respeitar o habitar e vivência de cada criança tanto da zona urbana quanto da zona rural, sua forma de se expressar etc. de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que nos faz refletir que devemos "Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais". (BRASIL, 2010 p. 24)

> *É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição. (BRASIL, 2010 p. 15)*

Baseado nas pesquisas feitas pelo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o Censo Escolar nos aponta resultados da matricula inicial na Creche e Pré-Escola do município de Redenção que em 2015 atendeu 151 crianças matriculadas na Creches da zona urbana em tempo parcial e 22 no seu horário integral. Na Pré-Escola no tempo parcial 280 e nenhuma integral. Para a zona rural são atendidas nas creches 256 em tempo parcial e nenhuma em tempo integral. Na Pré-escola 509 em tempo parcial e nenhuma no tempo integral. Os dados nos mostra que não há evasão, apenas ocorrem transferências de alunos no decorrer de todo o ano.

Quanto a isso, a secretaria da educação vem fazendo um trabalho seguindo a proposta pedagógica ou projeto político pedagógico como discrimina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil destacando que essa proposta:

> *é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar. (BRASIL, 2010 p. 13)*

Então, na secretaria da educação, secretário e sua equipe traçam metas elaborando seu plano norteados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, direcionando para o melhor atendimento da criança. E na escola a gestão escolar elabora em equipe seu plano político pedagógico oferecendo metas para melhor atender a criança, valorizando e criando espaços para que a mesma possa gozar de um de muitos dos seus direitos que é aprender dentro

do ambiente escolar. Em relação a Lei 10.639 o município não aprofunda muito o assunto, não tem como meta prioritária na educação infantil, mas sim, no ensino fundamental, mas de um jeito simbólico utiliza.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) aponta que "para efetivação de seus objetivos, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:"

> *A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo; A indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança; A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização; O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade; O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades; A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização; (p.19)*

É necessário fazer uma reflexão sobre o assunto e começar a se articular dentro do currículo escolar na educação infantil, pois é uma das metas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil visada na proposta pedagógica que a criança seja assegurada para "o reconhecimento, a valorização, o respeito, a interação com as histórias e culturas Africanas e afro-brasileira bem como o combate ao racismo e a discriminação." (BRASIL, 2010 p. 21)

E ainda, na observância das Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica.

3° CAPÍTULO

ESTUDO DE CASO, A PARTIR DE DOIS CENTRO DE CRECHES DO MUNICIPIO.

3.1 Metodologia

A investigação começou com uma escola municipal de educação infantil localizada no distrito de Antônio Diogo da cidade de Redenção, numa perspectiva qualitativa e teórica-empírica, pesquisa se deu através da entrevista com os profissionais da educação do referido município. A entrevista feita foi através de questionamentos, não sendo possível fazer gravação, conversas e respostas escritas (professoras pediram pra não serem identificadas). As questões envolvia situações do cotidiano escolar, conhecimentos da Lei, procedimentos de situações de preconceito, praticas pedagógicas etc. todas as indagações voltados para a temática preconceito racial e a escola na sala de Educação Infantil. É importante ressaltar que utilizamos o critério de auto identificação com relação a cor das participantes e todos os nomes apresentados são fictícios[10].

3.2 Apresentação dos dados pesquisados

O material usado para aplicação do questionário foram de formas suscinta, constituí dados que devem ser tratados com mais precisão no ambiente escolar.

O objetivo desse questionário era fazer com que os professores refletissem o quanto é importante fazer com que o aluno, no caso a criança pequena da sala de Educação Infantil venha a manter um contato saudável com a outra criança de pele mais escura. Quando ocorrer de acontecer uma brincadeira em sala possa pegar na mão do negro (a) sem restrição.

Como já mencionei como vai ser denominados os professores irei abordar antes assunto relacionados a Lei no ano de 2010 na fala de Nilma relatados em pesquisa na Educação Infantil na revista Eventos Pedagógicos (2015) Desigualdade e Diversidade étnico-racial na educação infantil, Nilma em entrevista com Cristina aborda na questão quatro sobre a implementação da Lei nas etapas de Educação Infantil. Segue a abaixo

> ***4 - Cristina:*** *A Senhora, no ano de 2010, realizou uma pesquisa sobre práticas pedagógicas para a implementação da Lei 10.639/2003, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-*

[10] personagem fictícia, criados afim de preservar a identidade e integridade de autores.

> *raciais, História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Quais foram os principais resultados? A pesquisa contemplou a Educação Infantil?*
>
> ***Nilma:*** *A pesquisa nos mostrou que nós não podemos dizer que a alteração da LDB, pela Lei 10.639/2003, nos seus artigos 26A e 79B, não foi concretizada em nosso país. O que a pesquisa nos mostrou é que há fases diferenciadas de implementação e de implantação dessa legislação. Nós temos no Brasil realidades educacionais em alguns estados e municípios, que avançaram muito em relação à inserção da discussão nos currículos da Educação Básica, desde a educação infantil até o ensino médio. Geralmente, estas escolas têm um processo mais democrático de gestão, tem maior participação popular e, inclusive, maior diálogo com os movimentos sociais e principalmente com o movimento negro. Já, existem outras escolas, tanto no nível federal, estadual como municipal, em que parece que as coisas avançaram muito pouco ou quase nada foi feito em relação à inserção da temática no currículo e isso também está relacionado com formas de gestão, gestão mais autocrática, digamos assim, está relacionado também com a relação estabelecida da escola com a comunidade da escola com os movimentos sociais e, em particular o movimento negro. E todas essas duas formas de implementação da legislação, a mais positiva ou a mais lenta, ela também tem a ver com a gestão mais ampla, estadual, municipal ou distrital e também, federal. Então nós temos estímulos que vêm do governo federal, do Ministério da Educação, de formação de professores, de elaboração de materiais pedagógicos e materiais didáticos, de sites etc. E, também, de iniciativas do Conselho Nacional de Educação, porém, nem sempre os estados e municípios respondem com a mesma força a estas demandas e a estas orientações federais. (Revista* ***Eventos Pedagógicos*** *Desigualdade e Diversidade étnico-racial na educação infantil v. 6, n. 4 (17. ed.), número regular, p. 482-488, nov./dez. 2015, p. 448)*

Para Gomes (2015) cada Estado, Município, agem diferente não tendo a mesma intensidade de trabalho junto ao ministério, uns nem respondem com a mesma força as demandas e as orientações Federais e eu concordo com a autora. Todos, apresenta uma realidade diferenciada que cabe ao administrador mobilizar e se preocupar com a formação dos cidadãs de sua cidade. Por outro lado agem muitas vezes quando lhe convém dando margens a propagação da existência do preconceito, no sentido de não incentivar e de não criar estratégias para o combate do mesmo. E quando colocam em prática falta apoio de equipes, núcleo gestor, escolas que não colaboram em seguir as orientações dadas pelo gestor e equipe municipal e/ou estadual.

Ainda observando os apontamentos feitos em entrevista por Cristiana a Nilma Lino constatei o mesmo sentimento, mas em menor escala, visualizei apenas no meu município mas precisamente na localidade distrital quando visitei a Creche que havia mencionado em projeto e outra creche na mesma localidade, cada qual me fizeram notar a importância dada ao trabalho baseado na Lei 10.639/2003, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

das Relações Étnico-raciais, História e Cultura Africana e Afro-brasileira de forma diferenciada. Constatei que em uma delas tinham mais conhecimento e abertura para o trabalho, a outra não se envolveu muito, apenas escutou a minha fala.

Na primeira creche haviam três professoras, todas estavam lecionando no momento, perguntei a coordenadora da escola como eram tratados com as crianças assuntos voltados a diversidade. Como acontecia, quando planejavam os conteúdos, respondeu que no momento ainda não havia sido tratado esse assunto, "talvez ainda vão falar desse tema com a gente" então ela falou: *Aqui na escola não tem material para trabalhar com os meninos, tem o livro "Menina bonita do laço de fita" e ainda não é daqui está na escola grande, pois como já sabe, essa escola é anexo da EMEIEF Deputado Antônio Jacó. E só é trabalhado no fundamental né.* (Professora – Negra)

Quando retornei em outro momento as professores não encontraram tempo para me atender dizendo que tinham muitas tarefinhas e muita coisa para planejar. Precisei visitar outra creche. Nessa escola a maioria dos professores são novatos, ou eles estavam se sentindo pouco à vontade para falarmos sobre o problema racial na escola ou não conheciam o que contém na lei 10.639 e os objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

No dia seguinte retomei meu trabalho em outra creche, onde lá o grupo de professores é mais abertos a questão. Visitei as salas muito organizadas, mas faltava lá a presença de cartazes que caracterizassem o envolvimento da mesma com a temática, portanto, está um pouco distante de ser contemplada na educação infantil, mas já se viu um começo. As professoras da instituição escolar investigada tem poucos recursos para introduzir o trabalho com as crianças, poucos materiais. Quando falei dos livros de histórias infantis que abordava o temática étnico racial, uma das professora em sua fala confessa que apesar de terem ótimos acervos de obras literárias infantil, não tem na escola, mas em sua casa (professora negra).

> *Costumo ter esse material em casa, compro esses livros para meus filhos é muito importante mesmo a gente trabalhar esse assunto com as crianças, é muito bom ter você aqui, me despertou para trabalhar essa temática com mais frequência na escola, no ano passado a gente trabalhou, foi muito legal. (Professora - Negra)*

Não percebi nas professoras em nenhum momento a dificuldade de se declararem em relação a sua cor. A professora se sentiu muito à vontade pra falar sobre essa temática, ela conta episódios acontecidos em sala de aula com alunos (a) quando estão brincando de roda não

querem pegar na mãozinha do seu colega por ele (a) ser negro (a), uma diz: "*precisamos mesmo conscientizar nossos alunos desde pequenos*". (Professora – Parda)

Agora irei apresentar o questionário, objeto de pesquisa que fora realizado em momentos diferentes em decorrência de ser dois participantes, denominarei os mesmos por Professor 1 (P1); e Professor 2 (P2). O P1 é de sexo feminino, tem 45 (quarenta e cinco) anos e trabalha 3 (três) anos na modalidade de Educação Infantil. A P2 também de sexo feminino tem 50 (cinquenta) anos e também leciona na modalidade de Educação Infantil a 3 (três) anos.

Quero destacar que o foco do questionário é voltado para o preconceito racial, irei apresentar aqui algumas questões relevantes de acordo com objetos propostos para este estudo.

Dessa forma, veremos as questões selecionadas do questionário realizado.

3.2.1 Questão 07: Que importância tem o estudo das relações raciais na escola?

P1: A escola tenta de várias formas combater o etnocentrismo europeu, reeducando de maneira lúdica para que as crianças compreendam valorizem as relações étnico-raciais, no sentido de respeito.

P2: A escola é um espaço de construção de uma educação inclusiva, capaz de formar o aluno para o exercício de cidadania.

A resposta das professoras traz em sua escrita o que a escola deve fazer para combater o preconceito racial e suas formulações de pensamentos estão em consonância com as Diretrizes, e com essa perspectiva de levar até ao ouvinte a transmissão da mensagem de valorização e respeito, ensinando nas leituras de histórias literárias textos envolvendo atores negros, com danças, teatro de fantoches, jogos, brincadeiras e atividades criativas etc fazer ver que o diferente faz parte da nossa história e é saudável. A P2 aponta a escola como espaço de construção de uma educação inclusiva onde não se pode deixar de ver o negro como participante ativo da sociedade e humano, merecedor de respeito, educação e cidadania. A inclusão nos faze refletir como uma abertura de caminhos, com a possibilidade de conviver com a diversidade, desconstruindo e construindo novos saberes antes passados por gerações na história do negro. Viver a inclusão é atender a diversidade, todos partilhando do bem comum em sociedade, ou seja, "uma sociedade para todos" onde se deve aceitar as diferenças individuais, valorização da pessoa como citou a P1, incentivar a amizade e o respeito para que o "outro" tenha passe livre para se sentir à vontade no grupo e decolar no seu aprendizado.

3.2.2 Questão 08: Como é que a temática sobre o preconceito racial é abordada no cotidiano escolar?

P1: Na Educação Infantil a temática sobre o preconceito racial não é percebido, nem esboçado pelas crianças. Cabe ao professor ou professora criar oportunidades para que a criança no processo de elaboração dos sentidos pessoais se aproprie dos conhecimentos, não como verdades absolutas, mas comprovando o que diz as Diretrizes no art. 9º inciso VII "possibilitem experiências étnicas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade.

P2: Oferecendo condições e recursos para que o professor trabalhe essa temática com as crianças pautada no respeito por si e pelo o outro.

Os relatos das professoras sempre complementando a outra na escrita da P2 nos mostra que se faz necessário que haja recursos para implementar o assunto abordando no tema em estudo. A P1 reflete que na educação infantil a temática não é percebida mas, orientada pelo professor como afirma as diretrizes citada pela mesma. Em diálogo com os educadores percebi que o uso da temática é usada somente nos momentos festivos. "*Nós trabalhamos esse tema quando se aproxima as dadas comemorativas e em projetos.*" (Professora – Josefa) em sua fala deixou transparecer que esse momento é criado para promover a autoafirmação étnica dos afro-brasileiros (re) construindo sua identidade e elevando sua autoestima. Dentro do contexto ora apresentado, a questão que norteou este estudo foi a aplicação de ações que podem combater o preconceito racial no espaço escolar.

3.2.3 Questão 09: Enquanto profissional da área de Educação, o que faz, ou faria, para contornar uma situação discriminatória entre os alunos em sala de aula?

P1: Como profissional eu repensaria a minha postura, investiria mais na minha formação, iria criar estratégias pedagógicas que iria me auxiliar, para solucionar as questões.

P2: levaria a criança a refletir que indiferente da cor, sendo branco, preto, índio ou qualquer outro, devemos respeitar e zelar pelo próximo. Em seguida desenvolver um trabalho pedagógico e eficaz para a superação das desigualdades.

O relato das professoras no sentido de contornar uma situação de preconceito em sala é bastante reflexivo, a P1 iria se avaliar para que em seguida pudesse tomar alguma providência, calcular seus passos para não fazer daquele momento ainda mais constrangedor para a criança

a P2 entrava em diálogo com os alunos, faria momentos reflexivos e trabalharia com atividade que proporcionasse a superação do incidente ocorrido pelos alunos.

Diante desse quadro cito uma frase de Paulo Freire que traz uma reflexão de como referência o diálogo: “Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. Não há, por outro lado, diálogo, se não há humildade.” (FREIRE,1987) Então nesse sentido de envolver a criança na busca de diálogo promovendo o conhecimento de se sentir em igualdade com o outro é importante que o profissional esteja vivendo em comunhão consigo e livre de qualquer forma de preconceito. Quando Freire se refere a pronúncia do mundo, com que os homens o recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante. Quer dizer que como dialogar se aliena a ignorância. Não estou querendo aqui dizer que vi isso no ambiente escolar, mas refletir: como posso dialogar se não houver reconstrução do modelo de ideologia euro centrista. [...] O diálogo, como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir, se rompe, se seus pólos (ou um deles) perdem a humildade. [...] Como posso dialogar, se me sinto participante de um “gueto” de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são “essa gente”, ou são “nativos inferiores”? (FREIRE, P. 52)

3.2.4 Questão 13: Fale das diversas formas de discriminação que o aluno negro sofre no cotidiano escolar.

P1: As mais comuns são o fato de não pegar na mão do coleguinha nas escolhas para brincar.

P2: Algumas reagem negativamente ao escolher um brinquedo. Ex: a boneca negra.

Nesse momento as professoras P1 e P2 contam experiências vivenciadas em sala, quando há a rejeição do aluno negro (o), não podendo interagir na turma por conta da cor, em todo o texto as professoras mencionam respeito para com o outro. Até no brincar há essa rejeição de não escolherem a bonequinha negra. A professora contou que

> *Levei os brinquedos para a sala para trabalhar as diversidades, então quando convidei as meninas para virem pegar as bonequinhas, ninguém queria ficar com a preta, e eu perguntei: por não ficaram com essa bonequinha: uma menina respondeu: tia porque ela é preta. Então eu fui falar que a bonequinha preta também era bonitinha e merecia nossa atenção tanto quanto a bonequinha branca. (Professora – Negra)*

3.2.5 Questão 14: Você conhece e/ou ouviu falar da Lei que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira? Se sim, fale do papel da escola na aplicação da mesma,

P1: Sim, falamos da Lei 10639/2003. Para ser sincera ainda não temos um projeto direcionado a aplicabilidade da Lei no momento, estamos ciente da necessidade e a importância, pretendemos aplica-lo da melhor forma

P2: A escola tem o papel de promover práticas pedagógicas na qual os educadores sejam instigados a proporcionar por meios de leituras uma reflexão promotora de igualdade racial, trabalhando questões sobre as diferenças, refletindo sobre o respeito por si e pelo o outro.

Vejo que as professoras conhecem a Lei e sua importância na escola, a P1 relata que ainda não tem um projeto especifico para trabalhar a mesma. Durante o encontro pude perceber que a escola dá mais ênfase esse assunto do trabalho as relações raciais nos períodos festivos, nas datas comemorativas.

Em outras situações relevantes as repostas dos docentes relacionada as relações raciais no brasil é a seguinte:

Como o racismo faz parte da base social brasileira.

> *O racismo hoje é apresentado de maneira mais delicada, mas que não deixa de existir. Exemplo: quando se ver nos jornais e nas estatísticas é que a maioria que se envolvem com o crime são negros (Tieta – Branca)*
>
> *E há um desrespeito muito grande com o negro e com o índio, mulher tu sabe, os não são mais caracterizado daquela forma como a gente via nos livros, hoje eles se vestem, usam celulares, são todos parecidos com a gente. Muitas vezes as pessoas tentam esconder que tem preconceito, infelizmente ainda existe em pleno século XXI, estamos cercados de preconceito, pelo pobre, negro, mulheres, crianças todos sofrem esse tipo de preconceito. (Tereza – Parda)*
>
> *Olha minha filha quando criança tinha um horror de ficar perto de uma criança negra, eu morava em fortaleza, vinha visitar uns amigos aqui, ela chorava. Chamava a criança feia, nua, o nariz sua com catarro, e não queria que a criança tocasse nela, perguntei, minha filha ela só quer ser sua amiguinha, mamãe ela é feia, então eu fiz com que da próxima vez que vivêssemos ela iria trazer um vestidinho dela para a menina ficar bonita, e assim foi feito. Percebi que meu vizinha, que é negra, tinha preconceito da própria cor. Minha filha convivia muito com eles. Então ela passou a ficar mais em casa e expliquei pra ela que todos somos iguais e foi criado pelo mesmo Deus e todos somos irmãos perante ao Pai altíssimo. Hoje, ela estuda e conheceu um rapaz negro, e perguntou mamãe posso namorar uma pessoa negra? O importante é que tenha caráter. (Tieta – Branca)*

Conforme o que foi dito pelos relatos muitas pessoas julgam os outros pela cor da pele um dos ditados populares dito pelos brancos é que “Nordestino não é gente. Foi o resultado do cruzamento do índio com o macaco." São essas e outras colocações maldosas que deixam o negro desfocado na sociedade e o papel do educador é começar se envolver na luta pelo combate ao preconceito.

Dia 25 de maio, por convite fui a escola, lá encontrei professores trabalhando o Dia da África com os alunos, tinham cartazes expostos, frase: “Perante Deus somos todos iguais sem distinção de raça e cor.”

> *Trabalhamos com eles confecções de cartazes, você viu, cada mãozinha que lá estão pintadas de tinta guache de diversas cores mostrando as diferenças. Também vemos um vídeo: “Ninguém é igual a ninguém”. Na roda de conversa falamos da África, perguntamos se eles conheciam alguém vindo de lá, o que eles estariam fazendo aqui, eles responderam que conhecem, um dos garotos disse que um morava perto de sua casa, e também disseram que vieram para estudar. Os alunos perguntaram onde, teve todo um contexto preparatório (Tieta – Branca)*

No momento do brincar a professora relata:

> *Todos pegaram cada brinquedo e ficou uma bonequinha lá no canto ninguém quis pegar, aí eu perguntei o porquê de não brincarem com ela, então disseram que era porque era preta. (Zezé-Branca)*

A professora diz que criaram até um grito de guerra que expressava: os meninos diziam, “hoje é o dia da África” e as meninas concluíam dizendo, “e o negro merece respeito!”

Esses debates só comprova como o preconceito racial está relacionado as questões fenotípicas a classificação da pele enfim raça está embutido no processo de afirmação ideológica, e tendo consequências associado a pratica discriminatória.

Conclui-se que é necessário que a discriminação e o preconceito sejam combatidos dentro da escola já nessa fase inicial. Esse trabalho de conscientização deve ser feito com os pais das crianças através de palestras e reuniões com membros da escola e comunidade. No interior das instituições, os professores podem trabalhar a igualdade racial com os alunos, ainda que de forma limitada. Dessa forma, podemos garantir que o racismo e a intolerância não se fortaleça neste ciclo escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com meus estudos feitos sobre a temática o preconceito racial e a escola: um olhar voltado para a educação infantil é necessário que na Educação infantil implante projetos desenvolvidos pela secretaria e multiplicado nas creches destacando a importância da formação da identidade e da personalidade da criança que um dia se tornará um adulto. Pois, é nesse espaço de tempo que devemos estar atentos a formação dos hábitos, valores e morais que possam intercalar e lutar combatendo qualquer forma de preconceito, racista ou discriminatório.

O que pude perceber é que diante dos dados estudados é que haja mais aprofundamento sobre o trabalho diversidades, mais precisamente voltado a temática em estudo nas formações continuadas, incentivar os profissionais da Educação Infantil a trabalharem de forma diária estratégias para o combate ao preconceito e diante dos dados há apontamentos de escarces de material para que possa realizar o trabalho pedagógico.

É de suma importância colocar em questão que é necessário um trabalho intensivo com ações que propiciem uma discussão da diversidade já na infância é urgente, e essencial tanto para a formação da identidade de crianças e afrodescendentes e valorização de sua cultura, é fundamental que todo professor em seu papel como mediador, independentemente de sua raça, cor, religião ou filiação política tem como tarefa educar em favor de uma sociedade mais justa. Portanto, agindo assim, teremos uma escola que possa romper com o preconceito, estereótipos e qualquer atitude discriminatória.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil.* Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília:

BRASIL. *Lei 11.645, de 10 março de 2008*. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003a, p. 01. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm)

BRASIL. Mensagem n.o 7, de 9 de janeiro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003b, p. 01. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/2003/Mv07-03.htm

BRASIL. Projeto de Lei n.º 259, de 11 de março de 1999. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências. *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 20 mar. 1999, p. 10942. (http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1522)

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, M.S. Uma abordagem sobre a história da educação dos Negros. In: ROMÃO, J. (Org.). História da educação dos Negros e outras histórias. Brasília, DF: MEC; Secad, 2005. p. 23; 26; 27-28.

DIAS, Lucimar Rosa. "Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à lei 10.639/03 de 2003". *In*: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. *Educação do negro e outras histórias.* Brasília, SECAD/ UNESCO, 2005, p. 49-62.

Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial / [coordenação geral Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho]. -- São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 2012.

FABRINI & MAHL - A Herança das Teorias Racialistas e o Desempenho da Educação em Promoção à Igualdade Étnico-Racial - Universidade Federal de Uberlândia – UFU / marcelolapuente@uol.com.br Graduanda em Ciências Sociais- INCIS Bolsista do PIBID-HCAFRO1 polly21fs@msn.com Universidade Federal de Uberlândia – UFU de História – INHIS 2012 p.22, 25, 26

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global, 4 ed., 2007.

FILHO, Guimes Rodrigues; PERÓN, Cristina Mary Ribeiro (orgs.). *Racismo e Educação: contribuições para a implementação da lei 10639/03*. Uberlândia, EDUFU, 2011.

Formação inicial, história e cultura africana e afro-brasileira: desafios e perspectiva na implementação da Lei federal 10.639/2003 / Guimes Rodrigues Filho, Cristiane Coppe de Oliveira, João Gabriel do Nascimento, organizadores. -- 1. ed. -- Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, 2012.

FRASER, Nancy. "Reconhecimento sem ética?". Trad. Ana C. F. Lima e Mariana P. Fraga Assis. In: Lua Nova, 70. São Paulo, 2007. P. 120.

FREIRE. Paulo. *Pedagogia da Autonomia*: Saberes Necessários à Prática Educativa 34ªedição Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____, PauloF934p - Pedagogia do Oprimido, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

FREITAS, Luciana Maria Almeida de & VARGENS, Dayala Paiva de Medeiros. "Pluralidade Cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Uma Diversidade de Vozes". *Linguagem & Ensino. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, v.12, n. 02: 373-391, jul.-dez. 2009.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 48° ed. São Paulo: Global editora, 2006.

GOMES, Nilma Lino, escola. Escola e Diversidadeétnico-racial: um diálogo possível. In: DAYRELI, Juarez (org.). Múltiplos olhares sobre a Educação Cultural. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, p. 98-109, 2012.

GOMES, Nilma Lino e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Experiências Étnico-Culturais para a Formação de Professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GOMES, Nilma Lino; OLIVEIRA, Fernanda Silva; SOUZA, Kelly Cristina Cândida. "Diversidade étnico-racial e trajetórias docentes: um estudo etnográfico em escolas públicas". *In*: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (org.). *Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas*. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

GOMES, Nilma. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GUIMARÃES, A. S. A. 2002 Classes, raças e democracia, São Paulo, Editora 34

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisiso Teixeira (Inep) Acessado em 22 de maio de 2016 as 15h29min Http://portal.inep.gov.br/web/guest/todasnoticias?p_p_id=arquivonoticias_WAR_arquivonoticiasliferay6portlet_INSTANCE_60kY&tagArea=censo_escolar

Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: MEC/SECAD, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília/DF, SEPPIR, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais: Ética*. Rio de Janeiro, DP&A, 2000

MONIOTE, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF. Jacques; NORA, Pierre. *História* **(**volume I). Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

MUNANGA, kabengele. Negritude usos e sentido. 3° ed. Belo Horizonte: autêntica editora, 2009.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.* Belo Horizonte, Autêntica. 2006.

NASCIMENTO, Alexandre. "Os cursos pré-vestibulares populares como prática de ação afirmativa e valorização da diversidade". *In*: BRAGA, M.L.S & SILVEIRA, M.H.V. (orgs.). *O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista.* Brasília, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2007, p. 65-88. Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>.

Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.104 p.

Revista Eventos Pedagógicos – Desigualdade e Diversidade étnico-racial na Educação Infantil – Entrevista com Nilma Lino, v, 6 n, 4 (17 ed.) número regular p. 412 – 488, nov/dez. 2015 p. 448.

RIBEIRO, Matilde - II Capítulo (Parte da Tese de doutorado que originou o livro): Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986-2010), 1ª Edição – Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2014.

ROSEMBERG, Fulvia *A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais,In:* Bento, Maria Aparecida Silva organizadora . Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais -- São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. CDD-372.21

SANTIAGO, Flávio. Creche e racismo. Day care center and racismo. Universidade Zumbi dos Palmares, São Paulo-SP: Revista Eletrônica de Educação,v 9, n. 2, p. 441-460, 2015. ISSN 1982-7199 | DOI: http://dx.doi.org/10.14244/198271991118 Disponível em: http://www.reveduc.ufscar.br

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições equestão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e Estudos Afro-Brasileiros: africanidades e cidadania In: ABRAMOWICZ, Anete & Gomes, Nilma Lino Gomes (orgs). Educação e Raça: perspectiva, políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autentica, 2010, p 37-56

SOUZA, R. F. de. A difusão da escola primária em Campinas. In: NASCIMENTO, T. A Q. R. et. all. *Memória da educação*. Campinas: Editora da Unicamp,1999.

VALENTE, Ana Lúcia E. F..“Conhecimentos antropológicos nos parâmetros curriculares nacionais”. *In*: GUSMÃO, Neusa Maria M. (org.). *Diversidade, cultura e* educação. São Paulo, Biruta, 2003.

XAVIER, Maria do Carmo; DORNELLES, Ana Paula Lacerda. “O debate parlamentar na tramitação da Lei 10639/2003: interrogando o papel da escola na construção da identidade cultural e étnica do Brasil”. *EccoS. Revista científica*. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 569-586, jul./dez. 2009.

ZUBARAN M. A. INTERLOCUÇÕES SOBRE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: Pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro Universidade Luterana do Brasil – ULBRA/Canoas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR - Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 130-140, Jan/Abr 2012.

ANEXO

Guia de questões para entrevistas (respostas abertas e/ou fechadas):

Pesquisadora: Antonia Celia Mendes.

Este questionário tem caráter, exclusivamente, cientifico. Com fundamentação de um artigo cientifico para o Curso. As informações nele obtidas serão analisadas, não se aplicando juízo de valores, sem divulgação de quem responderam.

I: Dados Básicos:

1. Nome completo: _____
2. Idade: _____
3. Estado Civil: _____
4. Sexo/gênero: _____
5. No item cor ou raça, você se considera branca, morena, parda, negra, preta, amarela, indígena, outra (qual?)?

_____

_____

_____

6. Há quanto tempo você leciona para Educação infantil?

_____

7. Que importância tem o estudo das relações étnico-raciais na escola?

_____

_____

_____

8. Como é que a temática sobre o preconceito racial é abordada no cotidiano escolar?

_____

_____

_____

9.Enquanto profissional da área da Educação, o que fez, ou faria, para contornar uma situação discriminatória entre os alunos em sala de aula?

_____

_____

_____

10.Você acha que o professor (a) deve abordar estas temáticas em sala de aula com seus alunos? Como seria?

_____

_____

_____

11. De que forma a temática étnico-racial estar presentes no Projeto Político Pedagógico desta escola?

_____

_____

_____

12. Como é que você avalia o tipo de imagem que a TV constrói e projeta sobre os negros?

_____

_____

_____

13. Fale das diversas formas de discriminação que o aluno negros sofre no cotidiano escolar.

_____

_____

_____

14. Você conhece e/ou ouviu falar da Lei que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira? Se sim, fale do papel da escola na aplicação da mesma.

_____

_____

_____